

EDITAL

O ESTADO do PARANÁ, por intermédio do **HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA**, torna público que realizará licitação nos seguintes termos:

PREGÃO ELETRÔNICO: 061/2025 TIPO: MENOR PREÇO UASG: 926769 AMPLA-EXCLUSIVA (Em conformidade com a Lei Complementar n. 123/2006)	Acolhimento das Propostas: A partir das 09h00min do dia 30/04/2026 até 08h59min do dia 15/05/2026. Abertura e Início da sessão / disputa de lances: 09h00min do dia 15/05/2026. Será sempre considerado o horário de Brasília (DF) para todas as indicações de tempo constantes neste edital.
--	---

1 OBJETO:

A presente licitação tem por objeto o fornecimento parcelado de **materiais de limpeza diversos (gel bactericida, multilimpador espumante, sacola plástica, entre outros)**, para atender o Campus-UEL, Hospital Veterinário-UEL, Farmácia Universitária-UEL, CECA-UEL, SEBEC-UEL, CTU-UEL, MUSEU-UEL, PROPLAN-UEL, PCU-UEL, COPS-UEL, CCE-UEL, COU-UEL E Hospital Universitário de Londrina.

****ATENÇÃO** DEVIDO A INCOMPATIBILIDADES NO DESCRITIVO DO ITEM NO SISTEMA COMPRAS.GOV, FAVOR CONSIDERAR O DESCRITIVO CONSTANTE NO TERMO DE REFERENCIA ANEXO I PARA FORMULAÇÃO DA PROPOSTA.**

2 VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO:

O preço global máximo para o presente procedimento licitatório é de **R\$ 351.636,35 (trezentos e cinquenta e um mil seiscentos e trinta e seis reais e trinta e cinco centavos)**.

3 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

3.1 UEL/SETI: Gestão/Unidade: 453012364348116 - Gestão das Atividades Universitárias UEL;
Fonte de Recursos: 500 - Tesouro, 501 - Próprio, 700 - Federal, 703 - Outros Convênios;
Programa de Trabalho: 34 - Universidade e Sociedade;
Elemento de Despesa: Conforme indicado na Requisição de Compra/Serviço

3.2 Fundo Paraná/SETI: Gestão/Unidade: 456019571338153 - Desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação no Estado do Paraná;
Fonte de Recursos: 759 - Tesouro/Recursos Vinculados a Fundos;
Programa de Trabalho: 33 - Paraná Mais Ciência;
Elemento de Despesa: Conforme indicado na Requisição de Compra/Serviço

3.3 HU/SESA: Gestão/Unidade: 476010122358168 - Gestão do Hospital Regional Norte do Paraná UEL;
Fonte de Recursos: 500 - Tesouro; 501 - Próprio, 700 - Federal, 899 - SUS;
Programa de Trabalho: 35 - Cuidado Regionalizado em Saúde;

Elemento de Despesa: Conforme indicado na Requisição de Compra/Serviço

3.4 HU/SETI: Gestão/Unidade: 453012364348075 - Gestão do Hospital Regional Norte do Paraná UEL;
Fonte de Recursos: 500 - Tesouro; 501 - Próprio, 700 - Federal, 899 - SUS;
Programa de Trabalho: 34 - Cuidado Regionalizado em Saúde;
Elemento de Despesa: Conforme indicado na Requisição de Compra/Serviço

4 SISTEMA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

4.1. O pregão será realizado por meio do sistema eletrônico de licitações Compras.Gov. O endereço eletrônico para recebimento e abertura de propostas é o <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

4.2. O edital está disponível na internet, nas páginas do Portal Nacional de Contratações Públicas:

a) https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1, do GMS/CAUFPR

b) <https://www.gms.pr.gov.br/gms/consultaPublicaEdital.do?action=iniciarProcesso>

c) <https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras>

d) www.comprasparana.pr.gov.br

e) <https://sistemas.uel.br/sicor/public/licitacao/consultaLicitacoes>

4.3 Os trabalhos serão conduzidos pelo(a) pregoeiro(a) Lucilene da Silva Gomes e equipe de apoio, designadas pela Resolução/Portaria n.º 3043/2024, servidores(as) da Universidade Estadual de Londrina.

E-mail: pregoeirahu@uel.br

Telefones: (43) 3371-2307

Endereço: Avenida Robert Koch, nº 60, Operária, CEP 86.038-350, Londrina / Paraná

O atendimento será feito no horário das 08h00min às 12 h e das 13h00min às 17 h.

5 ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS:

5.1 ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES:

Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e do Decreto n.º 10.086, de 2022, ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre os seus termos, devendo encaminhar o pedido, no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, ao e-mail pregoeirahu@uel.br, pelo qual serão respondidos os esclarecimentos solicitados, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

5.2 RECURSOS E CONTRARRAZÕES:

As razões de recurso e as contrarrazões poderão ser enviadas exclusivamente por meio eletrônico, observando as regras dispostas no item 9 das Condições Gerais deste Edital;

5.3 DISPONIBILIDADE DOS AUTOS:

No curso da licitação, os autos do processo licitatório estarão à disposição dos interessados no sistema E-Protocolo no site <https://www.e-protocolo.pr.gov.br>, devendo os interessados apresentarem requisição de acesso ao protocolo via sistema.

6 CONDIÇÕES DA LICITAÇÃO:

6.1 A licitação e a contratação dela decorrente são reguladas pelas condições específicas e gerais do pregão e pelo disposto nos demais anexos do edital.

6.2 A licitação será regida pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 2022, pela Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, bem como as suas devidas alterações.

CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO PREGÃO

1 CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS: PREÇO MÁXIMO

Encerrada a fase de lances, após a negociação, serão desclassificadas as propostas que permanecerem acima dos valores unitários máximos e totais máximos fixados neste Edital.

2 CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

2.1. Na fase de disputa, o critério de aceitabilidade de preços no sistema de compras eletrônicas Compras.Gov é o valor unitário máximo por item, fixado no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

2.2. O julgamento das propostas será realizado de acordo com critério de (MENOR PREÇO) por item.

2.3 Encerrada a fase de lances, após a negociação, as propostas que permanecerem acima do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) fixado(s) para o(s) item(ns) no sistema Compras.GOV), serão desclassificadas.

3 PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS:

3.1 O prazo de validade das propostas, que deverá constar no Descritivo das Propostas de Preços (Anexo III), não poderá ser inferior a 90 dias.

4 PROPOSTA PARCIAL:

4.1 Não será permitido ao licitante oferecer proposta parcial.

5 RESERVA DE LOTES PARA ME E EPP:

5.1 Somente poderão participar da disputa do(s) lote(s) 03, 06 e 08 as empresas que se enquadrem na condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, conforme o disposto no art. 48, incisos I e III, da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

5.2 As empresas que não estejam enquadradas na condição de microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, poderão participar dos demais lotes classificados como de ampla concorrência.

5.3 Se a ME, a EPP ou a MEI for vencedora do(s) lote(s) reservado(s) e do(s) lote(s) de ampla concorrência, a contratação deverá ocorrer pelo menor preço.

5.4 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei n.º 11.488, de 2007, e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar n.º 123, de 2006.

6 AMOSTRA:

6.1 Poderá ser exigida do arrematante, amostra do(s) objeto(s) licitado(s), na forma do item 1.5 do Termo de Referência (Anexo I).

6.2 Caso exista no Banco de Dados do HU-UEL a ocorrência de marcas e modelos pré-aprovados ou reprovados, a relação virá na forma de Anexo a este Edital.

7 GARANTIA:

7.1 Não haverá exigência de garantia contratual, pois os pagamentos somente ocorrerão após o regular recebimento do objeto.

8 CONSÓRCIO:

8.1 Não será permitida a participação de empresas em regime de consórcio.

9 ANEXOS:

- Anexo I – Termo de Referência;
- Anexo II – Documentos de Habilitação;
- Anexo III – Modelo de Descritivo da Proposta de Preços;
- Anexo IV – Modelo de Procuração;
- Anexo V – Modelo de Declaração;
- Anexo VI – Locais de Entrega;
- Anexo VII – Minuta de Contrato;
- Anexo VIII – Modelo de Declaração de enquadramento ME/EPP;
- Anexo IX – Declaração LGPD;
- Anexo X – Banco de Dados de Avaliações Técnicas das Amostras.

CONDIÇÕES GERAIS DO PREGÃO ELETRÔNICO

1 A REALIZAÇÃO DO PREGÃO

1.1 O pregão será realizado por meio eletrônico, no sistema de compras eletrônicas do Compras.Gov, na página <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

1.2 O pregão será conduzido por servidor(a) público(a) denominado(a) pregoeiro(a), mediante a inserção e o monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

1.3 O(a) pregoeiro(a) exercerá as atribuições previstas no artigo 4.º do Decreto n.º 10.086, de 2022.

1.4 Para acesso ao sistema de compras eletrônicas, os interessados deverão se credenciar e obter chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual, conforme instruções que podem ser obtidas na página <https://www.gov.br/compras/pt-br/fornecedor> ou, ainda, por meio do telefone 0800.978.9001 (suporte técnico).

1.4.1 O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual implica a sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

1.5 Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

2 EXIGÊNCIAS PARA PARTICIPAÇÃO

2.1 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que apresentem os documentos exigidos para habilitação.

2.2 Os interessados em participar do pregão devem dispor de chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas, nos termos do Item 01 do presente Edital.

2.3 Não poderão participar desta licitação pessoas físicas ou jurídicas que:

2.3.1 tenham sido declaradas inidôneas no âmbito da União, dos Estados, Distrito Federal e Municípios, em qualquer esfera da Administração Pública;

2.3.2 constituíram as pessoas jurídicas que foram apenadas conforme item 2.3.1, enquanto perdurarem as causas das penalidades, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

2.3.3 tenham sócios comuns com as pessoas jurídicas referidas no item 2.3.2;

2.3.4 não funcionem no País, se encontrem sob falência, dissolução ou liquidação, bem como as pessoas físicas sob insolvência;

2.3.5 mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.3.6 o servidor ou dirigente de órgão ou entidade estadual, bem como a empresa da qual figurem como sócios dirigentes ou da qual participem indiretamente.

2.3.6.1 Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista.

2.3.7 As pessoas físicas e jurídicas de que trata o art. 14 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

2.4 A participação nesta licitação implica aceitação das condições estabelecidas no edital e na legislação aplicável.

2.5 Além destas condições gerais, deverão ser obedecidas as exigências específicas de participação fixadas no edital.

2.6 O(a) pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

2.7 Conforme Art. 2º, inciso XLVI, do Decreto Estadual 10.086/22, o licitante que desejar se tornar fornecedor no Estado do Paraná deverá possuir o “Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná” (GMS/CAUFPR), podendo cadastrar-se através do link <https://www.gms.pr.gov.br/gms/solicitarCadastroFornecedorNovo.do?act ion=iniciarProcesso>.

3 PROPOSTA INICIAL

3.1 Antes de postar a proposta comercial em formulário eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas:

3.1.1 o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e demais condições previstas no edital;

3.1.2 a sua condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou de microempreendedor individual para usufruir dos benefícios da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

3.2 A proposta de preço inicial deverá ser enviada por meio de formulário eletrônico no sistema de compras eletrônicas no prazo previsto no edital, de acordo com o critério de disputa estabelecido no edital.

3.2.1 A proposta registrada poderá ser alterada ou desistida até a data e hora definida no edital. Após o prazo previsto para acolhimento das propostas, o sistema eletrônico não aceitará inclusão, alteração ou desistência da(s) proposta(s).

3.3 Nos termos do Convênio ICMS n.º 26/2003 – CONFAZ, quando se tratar de operação interna, os licitantes beneficiados com a respectiva isenção fiscal devem apresentar as suas propostas e lances de preços com o valor líquido, ou seja, sem a carga tributária do ICMS.

3.3.1 Os estabelecimentos enquadrados no Regime Fiscal do Simples Nacional não estão abrangidos pelo disposto no item 3.3, devendo apresentar proposta de preços com a carga tributária completa.

3.4. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo(a) pregoeiro(a), sendo que somente estas participarão da fase de lances.

3.5 O(a) Pregoeiro(a), verificará as propostas apresentadas, inclusive quanto à exequibilidade, e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1 Valor unitário de cada item;

4.1.2 Marca/Fabricante;

4.1.3. Modelo/Versão;

4.1.4. Descrição detalhada do objeto: indicar o **RMS - Número de Registro no Ministério da Saúde** (em caso de medicamentos; materiais médico-hospitalares e equipamentos, quando exigido pela ANVISA).

4.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.

4.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

4.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5 O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.5.1 Na hipótese de o certame não ser finalizado no prazo acima a proposta será automaticamente prorrogada, por mais 30 (trinta) dias.

4.6 As ofertas de propostas dos licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste Edital.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2 O(a) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

5.2.1 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

5.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5.1 O lance deverá ser ofertado de acordo com o critério de disputa fixado no item 2 Das Condições Específicas deste Edital.

5.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).

5.9 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.10 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.11 Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo (menor preço ou maior desconto) e os das ofertas com preços até 10% (por cento)

superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.11.1 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores (menor preço).

5.12.1 Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.13 Poderá o(a) pregoeiro(a), auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atenda às exigências de habilitação.

5.14 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.15 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado vedada a identificação do licitante.

5.16 No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.17 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) pregoeiro(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas, no mínimo, vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.18 O Critério de julgamento adotado será o *menor preço*, conforme definido neste Edital e seus anexos.

5.19 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.20 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, as empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

5.21 Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.22 A ME, EPP ou MEI melhor classificada, nos termos do item anterior, terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.23 Caso a microempresa, a empresa de pequeno porte ou o microempreendedor individual melhor classificado desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes na condição de ME, EPP ou MEI que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.24 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.25 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.26. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60, inciso I, da Lei n.º 14.133, de 2021 e art. 90 e 91 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022 (Conforme entendimento do TCU expresso no Acórdão 5764/2024/Primeira Câmara, segundo o qual os incisos II a IV do art. 60 da Lei 14.133/21 necessitam de regulamentação).

5.26.1 Caso nenhuma empresa ME/EPP/MEI apresente lance nos termos do item 5.25, os critérios de desempate serão as disposições constantes do art. 60, inciso I; § 1º, incisos I a IV e § 2º da Lei n.º 14.133/202 e art. 91, §2º, incisos I a IV do Decreto Estadual n.º 10.086/2022.

5.26.2 Aplicados os critérios de desempate previstos no subitem anterior e ainda persistir o empate, empresas empatadas serão convocadas pelo Pregoeiro para participarem de sessão pública de sorteio eletrônico, conforme previsto no art. 91, § 3º, do Decreto Estadual n.º 10.086/2022, a ser realizado pelo sistema do Compras.Gov.

5.27 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

5.28 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o(a) pregoeiro(a) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

5.28.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.28.2 O(a) pregoeiro(a) solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.28.3 É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo previsto no item 5.28.2.

5.29 Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

6.1 Encerrada a etapa de negociação, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no art. 95 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

6.2 O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V da citada Instrução, sob pena de desclassificação.

6.3 Será desclassificada a proposta, ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao(s) preço(s) máximo(s) fixado(s), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

6.3.1 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços globais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

6.4 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

6.5 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

6.6 O(a) Pregoeiro(a) poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

6.6.1 É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.6.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo(a) Pregoeiro(a), destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico.

6.6.3. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.6.3.1 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.6.3.2 Será avaliado a veracidade do teor das propostas em face das especificações técnicas do objeto.

6.6.3.3 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo(a) Pregoeiro(a), ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.6.3.4 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o(a) Pregoeiro(a) analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

6.6.3.5 Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

6.6.3.6 Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de 90 (noventa) dias, após o qual poderão ser descartadas ou incorporadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

6.6.3.7 Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

6.7 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.8 Havendo necessidade, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no *chat* a nova data e horário para a sua continuidade.

6.9 O(a) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

6.9.1 Também nas hipóteses em que o(a) Pregoeiro(a) não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

6.9.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.10 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

6.11 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio de sistema eletrônico, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço final proposto (conforme modelo do Anexo III) e os documentos de habilitação (conforme Anexo II), até a data e o horário estabelecidos pelo pregoeiro.

7.2 O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

7.3 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no sistema de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou do Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, desde que os referidos documentos estejam atualizados, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

7.4 As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

7.5 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.6 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

7.7 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

7.8 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do(a) pregoeiro(a) e para acesso público após o encerramento do envio de lances fechados.

8. DESCRITIVO DA PROPOSTA

8.1 A proposta deverá ser formulada de acordo com o valor final da disputa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, assinada por meio eletrônico com uso de certificação digital ICP-Brasil, pelo representante legal do licitante (ou seu procurador devidamente qualificado) e deverá conter, de acordo com o modelo definido neste edital, a identificação da licitação, o CNPJ e o nome empresarial completo do licitante, a descrição do produto/serviço oferecido para cada item e/ou lote da licitação; o valor global, os preços unitários e globais por item e/ou lote, cotados em moeda corrente nacional; e o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior ao estabelecido no edital.

8.1.1 A proposta definitiva deverá observar os preços unitários máximos da planilha de composição de preços fixada pelo edital e seus anexos, sob pena de desclassificação, inclusive quando o(s) lote(s) reunir(em) itens diversos e independente do critério de disputa.

8.1.2 As empresas beneficiárias do disposto no Convênio ICMS n.º 26/2003 – CONFAZ (item 3.3) deverão, de forma expressa e obrigatoriamente, indicar em sua proposta o preço onerado e o preço desonerado (o qual deve ser igual ou menor ao preço do arrematante), discriminando o percentual de desconto relacionado à isenção fiscal.

8.1.2.1 Para o licitante abrangido pelo benefício de que trata o item 3.3, e que participar da licitação com o preço desonerado do ICMS (preço líquido), a soma do preço proposto (preço líquido) com o valor do respectivo imposto não pode ultrapassar o valor máximo estabelecido no edital. Caso esta soma ultrapasse o máximo previsto no edital, o(a) pregoeiro(a) desclassificará a proposta.

8.1.3 Constatado erro de cálculo em qualquer operação, o(a) pregoeiro(a) poderá efetuar diligência visando sanar o erro ou falha, desde que não alterem a substância da proposta, do documento e sua validade jurídica.

8.1.4 Os preços deverão ser cotados em reais, com até duas casas decimais após a vírgula. Serão desconsiderados os valores depois da segunda casa decimal após a vírgula.

8.2 Nos termos do §1º do Art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, o licitante deverá declarar, sob pena de desclassificação, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme Anexo III.

9. OS RECURSOS

9.1 Qualquer licitante poderá, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas, manifestar de forma imediata e motivada a intenção de recorrer, sob pena de preclusão, em relação às fases de julgamento e habilitação, possuindo o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais após a formalização do término da etapa de antecede a adjudicação.

9.1.1 As razões recursais devem ser apresentadas exclusivamente por meio eletrônico e com uso de certificação digital ICP-Brasil.

9.1.2 Os demais licitantes ficarão desde logo intimados para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de 3 (três) dias úteis contados do término do prazo de apresentação das razões do recorrente, exclusivamente por meio eletrônico e assinadas com uso de certificação digital ICP-Brasil.

9.2 A não apresentação das razões recursos no prazo fixado implicará a decadência do direito de recorrer.

9.3 As razões e as contrarrazões de recurso que não forem apresentadas conforme o disposto nos itens anteriores, ou subscritas por representante não habilitado ou não credenciado para responder pelo licitante, não serão conhecidas pelo(a) pregoeiro(a).

9.4 Os autos do processo de licitação poderão ser acessados pelos interessados no sistema E-Protocolo no site <https://www.e-protocolo.pr.gov.br>.

9.5 O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

10. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1 Examinada a aceitabilidade da proposta, a regularidade e a habilitação do licitante vencedor, bem como a análise técnica referente às amostras, quando exigidas, o procedimento licitatório será encaminhado pelo(a) pregoeiro(a) à autoridade máxima para adjudicação e homologação.

10.2 Será permitida a adjudicação e a homologação parcial do procedimento licitatório, quando o seu objeto possuir mais de um lote.

11. CONTRATO, RECEBIMENTO E PAGAMENTO

11.1 O adjudicatário será notificado para assinar o contrato ou retirar a nota de empenho (ou documento equivalente) no prazo de 03 (três) dias úteis, prorrogável a critério do órgão ou entidade contratante, sob pena de decair do direito à contratação e incidir nas penalidades previstas neste edital.

11.2 Para a assinatura do contrato ou retirada da nota de empenho, o adjudicatário deverá estar credenciado no Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, para a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

11.3 Antes da assinatura do contrato, a Administração realizará consulta ao Cadastro Informativo Estadual – Cadin Estadual, haja vista a vedação contida no art. 3º, inc. I, da Lei Estadual n.º 18.466, de 2015.

11.4 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor dos dados da conta-corrente junto à instituição financeiro contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto Estadual n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas na mesma norma.

11.5 Se o adjudicatário não apresentar as comprovações dos itens 11.2 e 11.4 ou se recusar a assinar o contrato ou retirar a nota de empenho, a Administração Pública poderá revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei Federal n.º 14.133/2021, e no Decreto Estadual n.º 10.086/2022, ou ainda, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas pelo licitante vencedor.

11.5.1 A recusa injustificada do adjudicatário ou a justificativa não aceita pela Administração, implicará a instauração de procedimento administrativo autônomo para eventual aplicação de sanções administrativas.

11.5.2 Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 11.5, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

11.6 A entrega, o recebimento do objeto da licitação e os pagamentos serão efetuados no local, nos prazos e na forma estabelecida nos anexos deste edital.

11.7 A ocorrência de fatos supervenientes que alterem o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato deve ser comunicada imediatamente pela CONTRATADA à Divisão de Material do HU-UEL, sendo obrigatória a comprovação do alegado por meio de notas fiscais (**Nota Fiscal anterior e posterior ao fato**), para a devida análise e, se for o caso, procedido o realinhamento de preços.

11.8 A comunicação para os fins do parágrafo anterior, ainda que procedente, não terá efeito retroativo, e terá como referência a data da entrega do pedido na Divisão de Material do HUUEL, desde que acompanhado das notas fiscais adequadas, mediante protocolo de recebimento.

11.9 As notas fiscais devem ser emitidas conforme indicado na Ordem de Compra ou em documento equivalente, constando número da licitação, lote/item e validade dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque.

11.10 Em cumprimento à Instrução Normativa RFB n. 2.145/2023, a empresa deverá destacar a retenção do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) nos documentos fiscais emitidos à UEL, observando o enquadramento legal de incidência, sob pena de devolução da nota fiscal.

11.11 A Nota Fiscal que for apresentada com erro será devolvida à EMPRESA para retificação ou substituição, sendo que os trâmites para o pagamento reiniciarão a partir da apresentação da Nota Fiscal sem erros.

11.12 O Estado do Paraná não possui convênio com a Receita Federal e, por tal razão, não efetuará a retenção da CSLL, COFINS e PIS/PASEP eventualmente devidos pela CONTRATADA à Receita.

11.13 As empresas sediadas no Estado do Paraná deverão efetuar o preenchimento das Notas Fiscais demonstrando nos campos preço unitário e preço total, o valor já descontado o percentual correspondente à alíquota do ICMS e no campo dados adicionais, indicar que a isenção é efetuada em cumprimento ao disposto no Decreto Estadual n. 1.261/2003, com as alterações inseridas pelo Decreto Estadual n. 1.546/2003, demonstrando também o preço total com ICMS, o desconto referente à isenção do ICMS e o preço total sem o respectivo imposto.

11.14 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa
anual = 6%.

11.15 Antes de cada pagamento, a Contratante deverá realizar consulta no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviço - GMS para verificar a manutenção das condições de habilitação definidas neste edital.

12 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

12.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

- a) Multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;
- b) Multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;
- c) Multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022.

12.3. O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.

12.4. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratante.

12.4.1. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

12.5. Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

12.6 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022. e na Lei n.º 20.656, de 2021.

12.7 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

12.8 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná.

12.9 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

13 DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de Brasília-DF.

13.2 Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão pública de abertura das propostas na data designada no edital, ela será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

13.3 É facultado ao(a) pregoeiro(a) a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

13.4 O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo(a) pregoeiro(a) ou pelo sistema, ainda que ocorra a sua desconexão.

13.5 A não apresentação de qualquer documento ou a apresentação com prazo de validade expirado implicará desclassificação ou inabilitação do licitante.

13.6 Os documentos que não mencionarem o prazo de validade serão considerados válidos por 90 (noventa) dias da data da emissão, salvo disposição contrária de Lei a respeito.

13.7 Os licitantes encaminharão os documentos exigidos nesta licitação exclusivamente por meio do sistema de que trata o item 1.1 das Condições Gerais do Pregão Eletrônico. O(a) pregoeiro(a), se julgar necessário, verificará a autenticidade e a veracidade do documento.

13.8 O(a) pregoeiro(a) poderá, no interesse público, relevar faltas meramente formais que não comprometam a lisura e o real conteúdo da proposta, podendo promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, inclusive solicitar pareceres.

13.9 A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo a autoridade competente, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação do interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

13.10 O foro competente para a solução de litígios decorrentes do presente certame é o da Comarca de Londrina/PR.

O servidor que subscreve este edital e seus anexos atesta que observou integralmente a Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná.

Londrina, 29 de abril de 2026.

Daiane Vieira Cardoso
Diretora Superintendente
Em Exercício

**ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA**

1 OBJETO:

1.1 Fornecimento parcelado de **materiais de limpeza diversos (gel bactericida, multilimpador espumante, sacola plástica, entre outros)**, para atender o Campus-UEL, Hospital Veterinário-UEL, Farmácia Universitária-UEL, CECA-UEL, SEBEC-UEL, CTU-UEL, MUSEU-UEL, PROPLAN-UEL, PCU-UEL, COPS-UEL, CCE-UEL, COU-UEL E Hospital Universitário de Londrina.

Item/ Lote	Cód. SICOR	Descrição do Objeto	Qtde.	Valor Unit.	Valor Total	Tipo
1	15651	Cód.GMS: 8104.104006 Cód. CATMAT: 462326 Unid. Padrão: UNIDADE CAIXA PAPELÃO RECICLADO MEDIDAS INTERNAS MÍNIMAS: 44CM DE COMPRIMENTO X 30,5CM DE LARGURA X 20,8CM DE ALTURA, COM DOBRAS PRÉ-MOLDADAS E DE FÁCIL MONTAGEM, COM TAMPA FORMADA PELAS ABAS.	100	5,87	587,00	Ampla
2	2098	Cód.GMS: 7910.82069 Cód. CATMAT: 307505 Unid. Padrão: UNIDADE DISCO DE FIBRA SINTETICA,DIAM.440/450MM.COR PRETO.	35	27,04	946,40	Ampla
3	41709	Cód.GMS: 6510.35404 Cód. CATMAT: 0273231 Unid. Padrão: UNIDADE GEL BACTERICIDA (ÁLCOOL GELIFICADO), TRANSPARENTE PARA ANTI-SEPSIA DAS MÃOS, À BASE DE ÁLCOOL ETÍLICO COM CONCENTRAÇÃO DE 70 A 90% E PH 7,5 A 8,5. COM EMOLIENTE, ESPESSANTE, EFEITO BACTERICIDA E FRAGRÂNCIA SUAVE. EMBALADO EM REFIL TIPO "SACHÊ" PLÁSTICO DESCARTÁVEL. VOLUME DE 800 ML, COM BICO DOSADOR. O PRODUTO DEVERÁ SER COMPATÍVEL COM O MODELO DE DISPENSADOR NO HOSPITAL SISTEMA BAG IN BOX). * Registro no Ministério da Saúde.	300	10,90	3.270,00	Exclusiva ME
4	2554	Cód.GMS: 7907.82150 Cód. CATMAT: 0307111 Unid. Padrão: FRASCO MULTILIMPADOR ESPUMANTE, AEROSOL SEM CFC, FRASCO COM NO MINIMO 380G.	120	34,90	4.188,00	Ampla
5	1494	Cód.GMS: 7907.5444 Cód. CATMAT: 241704 Unid. Padrão: LATA PASTA SAPONACEA. LATA COM 500 GRAMAS Pasta saponácea desengraxante, tipo pasta	30	7,02	210,60	Ampla

		rosa.				
6	5919	Cód.GMS: 7903.5414 Cód. CATMAT: 0253514 Unid. Padrão: UNIDADE PORTA PAPEL TOALHA EM MATERIAL PLÁSTICO ABS DE ALTA RESISTÊNCIA, FORMATO RETANGULAR, VISOR FRONTAL TRANSPARENTE, ABERTURA INFERIOR DE NO MÍNIMO 6CM DE LARGURA, PARA PAPEL TOALHA DE DUAS OU TRÊS DOBRAS, FECHO ATRAVÉS DE CHAVE PRÓPRIA, FIXAÇÃO POR PARAFUSOS E BUCHAS QUE DEVEM VIR ACOMPANHADOS, MEDIDAS: 30CM DE ALTURA X 27CM DE LARGURA X 13CM DE PROFUNDIDADE.	60	42,90	2.574,00	Exclusiva ME
7	56524	Cód.GMS: 8503.93584 Cód. CATMAT: 056049 Unid. Padrão: PACOTE PROTETOR DE PLÁSTICO; BACIA PEDICURE; DESCARTÁVEL; COM ELÁSTICO; TAMANHO APROXIMADO 68CM X 66CM. CAIXA COM 100 UNIDADES.	5	36,43	182,15	Ampla
8	10316	Cód.GMS: 7905.14898 Cód. CATMAT: 0226093 Unid. Padrão: PACOTE SACO PLÁSTICO NA COR PRETA; CAPACIDADE 50 LITROS; Conforme características a seguir: - Utilizado para coleta seletiva de resíduo domiciliar; - Confeccionado em resina termoplástica reciclada de polietileno de baixa densidade (PEBD); tipo sanfonado; com solda continua fundo reto, homogênea e uniforme, proporcionando uma perfeita vedação; - Pacote com identificação do fabricante, capacidade volumétrica, medidas e quantidade, conforme NBR vigente; - Medidas mínimas: 63cm de largura x 80cm de altura e espessura mínima de 0,07 micra. - Pacote com 100 unidades pesando no mínimo 3,3kg.	2.000	39,34	78.680,00	Exclusiva ME
9	35111	Cód.GMS: 8102.36270 Cód. CATMAT: 373440 Unid. Padrão: PACOTE SACOLA PLÁSTICA Sacola, MATERIAL: Plástico reforçado, DIMENSÃO: 25cm x 35cm, COR: Branco leitoso, Pacote com 1000 unidades.	122	30,10	3.672,20	Ampla
10	25768	Cód.GMS: 7910.89694 Cód. CATMAT: 476791 Unid. Padrão: UNIDADE TAPETE DE VINIL PERSONALIZADO, VULCANIZADO, MEDINDO 1,20M X 0,60M, CONFECCIONADO COM FILAMENTOS DE VINIL ENTRELACADOS, FUNDO SÓLIDO ANTIDERRAPANTE EM VINIL. PERSONALIZAÇÃO: UEL, NA COR VERDE	108	147,00	15.876,00	Ampla

		(CENTRO DO TAPETE), FUNDO NA COR OURO E BORDAS EM 5CM NA COR VERDE MUSGO.				
11	56398	Cód.GMS: 8503.68856 Cód. CATMAT: 449804 Unid. Padrão: ROLO TOALHA PARA "USO DA ENFERMAGEM"; LIMPEZA E SECAGEM DE SUPERFÍCIES; "COR: BRANCO" ROLO CONTENDO 600 UNIDADES DE PANOS. Uso: único, descartável; Composição: tecido não tecido; Gramatura mínima: 60g/m²; Dimensão: 32cm x 37cm (variação de +/- 5cm); Apresentação: rolo.	2.200	109,75	241.450,00	Ampla

****ATENÇÃO** DEVIDO A INCOMPATIBILIDADES NO DESCRITIVO DO ITEM NO SISTEMA COMPRAS.GOV, FAVOR CONSIDERAR O DESCRITIVO ACIMA PARA PROPOSTAS.**

1.2 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1.2.1 As especificações técnicas dos itens encontram-se dispostas na descrição do objeto, no item 1.1 deste Termo de Referência.

1.2.2 Deverão ser observadas, ainda, as seguintes especificações técnicas complementares:

1.2.2.1 Para o **item nº 10**: Deverá possuir prazo de garantia contra defeitos de fabricação, a ser informado pelo fornecedor.

1.2.2.2 Para os **itens nº 03, 04, 05 e 08**: O prazo de validade dos produtos, não poderá ser inferior a **12 (doze) meses**, quando da entrega dos produtos.

1.3 DA PADRONIZAÇÃO

1.3.1 O(s) item(ns) objeto deste Termo de Referência possuem(m) padronização de acordo com o contido no GMS - Gestão de Materiais e Serviços do Estado do Paraná.

1.3.2 O Código GMS dos item(ns) poderá(ão) ser localizado(s) em seu(s) descritivo(s), constante da Tabela do item 1.1. deste Termo de Referência.

1.4 DO FORNECIMENTO

1.4.1 O fornecimento será de maneira parcelada, conforme necessidade do setor requisitante, devendo a entrega ocorrer no prazo e local indicado no item 9 deste Termo de Referência.

1.5 AMOSTRAS

1.5.1 Caso seja requisitada a apresentação de amostras do arrematante do ITEM, a entrega deverá ocorrer no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a contar da notificação, o descritivo técnico e a respectiva amostra do objeto licitado, a fim de verificar se atende às especificações do edital e seus anexos, no seguinte local:

Local: Hospital Universitário da Universidade Estadual de Londrina

Logradouro: Avenida Robert Koch, nº 60

CEP: 86.038-350 Cidade : Londrina / PR

A/C do Sr. Pregoeiro

Órgão/Entidade avaliador: **Assessoria de Enfermagem, Controle de Recursos Materiais**
PCU – UEL
SEBEC-UEL
CECA-UEL

Fone: (43) 3371-2307

E-Mail: pregoeirahu@uel.br

1.5.1.1 Em razão da natureza do objeto licitado, a(o) Pregoeira(o) poderá solicitar, em substituição ao envio de amostras, a disponibilização de manual técnico ou documento equivalente, em língua portuguesa e em formato PDF, para análise pela área técnica.

1.5.2 Entende-se por entrega da amostra a data na qual ela é efetivamente entregue no endereço estabelecido no item 1.5.1.

1.5.3 Para o exame da amostra, o órgão/entidade avaliador poderá, a seu critério, solicitar análise técnica.

1.5.4 Compete ao órgão/entidade, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, examinar a(s) amostra(s) apresentada(s) e emitir o Termo de Aceite, podendo o prazo ser prorrogado de forma devidamente justificada.

1.5.5 Os licitantes interessados poderão ter vista da(s) amostra(s) apresentada(s), bem como informações sobre datas, horários, locais, e dos procedimentos para exame da(s) amostra(s), devendo, para tanto, entrar em contato com órgão/entidade avaliador.

1.5.6 O critério de exame das amostras se restringe à verificação da conformidade do bem ofertado, confrontado com as exigências técnicas expressas por parâmetros e padrão de desempenho constante no descritivo do Termo de Referência (Anexo I) e às informações técnicas prestadas pelo arrematante.

1.5.7 Quando o licitante indicar a marca, o modelo e as especificações técnicas do objeto no campo "Informações Adicionais" do sistema eletrônico de compras adotado pela Administração Pública Estadual, as amostras apresentadas devem ter as mesmas identificações daquelas preliminarmente estabelecidas pelo licitante e que foram informadas no sistema, salvo se o produto apresentado tenha, mediante ratificação da Administração, características técnicas superiores.

1.5.7.1 Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o(a) Pregoeiro(a) exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de 03 (três) dias úteis contados da solicitação.

1.5.8 No caso de o licitante vencedor de qualquer dos lotes tiver suas amostras reprovadas ou tenham sido entregues fora das especificações previstas neste Edital, sua proposta será desclassificada, sendo o licitante classificado a seguir imediatamente chamado para substituir o desclassificado e assim sucessivamente, até que as amostras apresentadas sejam aceitas pela Administração, na forma do item 6.6.3.4 das Condições Gerais do Pregão Eletrônico.

1.5.9 O licitante que não apresentar amostras no prazo previsto no item 1.5.1 também terá sua proposta automaticamente desclassificada.

1.5.10 O licitante declarado vencedor deverá realizar as entregas do objeto da licitação somente de acordo com a(s) amostra(s) apresentada(s) e aprovada(s).

1.5.11 As amostras serão fornecidas sem custo, no local indicado neste Edital, e aquelas que forem submetidas a testes, que impliquem na sua destruição ou inutilização, não serão devolvidas e/ou descontadas das quantidades a serem entregues.

1.5.12 O prazo limite para retirada de amostras não utilizadas ou não aprovadas será de 90 (noventa) dias, contados da data da homologação do certame.

1.5.13 As amostras não aprovadas e não retiradas no prazo do item anterior poderão ser descartadas pelo órgão avaliador.

1.5.14 As amostras aprovadas permanecerão sob a custódia do órgão avaliador para fins de aferição da regularidade do objeto quando da entrega, podendo ser descontados os itens da amostra do total a entregar, excetuada a hipótese prevista no item 1.5.11. Não ocorrendo o desconto, fica estabelecido o prazo máximo de 90 (noventa) dias para retirada das amostras, sendo que aquelas que não forem retiradas no prazo mencionado poderão ser descartadas pelo órgão avaliador.

1.5.15 A apresentação e aceite das amostras e dos materiais não isentam nem diminui a responsabilidade do fornecedor nem a garantia dos produtos ofertados.

1.5.16 O licitante é responsável por quaisquer ônus decorrentes de marcas, registros e patentes do objeto proposto.

2. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO:

2.1 Requisição nº 25318/2025 (FU) Descrição da necessidade da contratação, considerando o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público: A Farmácia Universitária da Universidade Estadual de Londrina (UEL) enfrenta atualmente uma deficiência crítica em seu estoque de embalagens para a dispensação de medicamentos e outros insumos. A falta de embalagens adequadas compromete diretamente a capacidade da farmácia de atender à demanda dos pacientes de componentes básicos e especiais, além de impactar a eficiência e a segurança no processo de entrega de medicamentos. A situação atual caracteriza-se pela utilização de embalagens improvisadas e/ou em número insuficiente, levando a riscos de danos aos produtos, dificuldades logísticas e prejuízos à imagem da instituição. A solução para essa deficiência é crucial para garantir o funcionamento adequado da Farmácia Universitária e o acesso adequado aos medicamentos e insumos por parte da comunidade UEL. A falta de embalagens apropriadas impacta a qualidade do serviço prestado, comprometendo a segurança e a integridade dos produtos dispensados. Ademais, a utilização de embalagens inadequadas pode gerar problemas de imagem para a universidade, afetando sua reputação e o respeito pela sua atuação junto à comunidade. A aquisição de embalagens adequadas representa um investimento essencial para a manutenção da qualidade dos serviços prestados pela Farmácia Universitária e para a satisfação dos seus usuários. A utilização de embalagens precárias pode levar a problemas de higiene e segurança, colocando em risco a saúde dos usuários. A imagem da instituição também será afetada negativamente, comprometendo sua credibilidade e a confiança da comunidade universitária nos serviços oferecidos pela Farmácia Universitária. A continuidade dessa situação pode levar a reclamações e insatisfação da comunidade.

2.1 Requisição nº 8325/2025 (PROAF) - A necessidade de se adquirir os itens constantes na Requisição de material nº 8325/2025 se dá pela demanda causada pelos centros de estudo, setores administrativos, laboratórios diversos e órgãos suplementares da UEL, sendo indispensáveis pela necessidade periódica de serviços de limpeza e conservação das instalações prediais, que são essenciais para o normal desenvolvimento dos trabalhos da Instituição. Trata-se de materiais relevantes para o apoio das atividades de ensino, pesquisa, extensão e administrativas nos diversos órgãos da Universidade Estadual de Londrina. Os materiais a serem adquiridos são fundamentais para o bom funcionamento do Campus, pois possibilitarão a limpeza e higienização adequadas de todos os setores e consequente desenvolvimento regular dos cursos e as demais atividades acadêmicas e administrativas. A contratação servirá para repor o estoque do Almoxarifado Central da UEL, que disponibiliza os itens aos requisitantes já citados.

2.1 Requisição nº 4602/2025 (HU) - Trata-se de requisição para instrução de processo licitatório para atendimento da demanda do Hospital Universitário de Londrina (HU/UEL) e unidades interligadas por um período estimado de 12 (doze) meses, prorrogáveis até 60 meses, para aquisição de saco plástico na cor preta para acondicionamento de resíduos comuns. O HU/UEL atua como hospital geral, terciário público, de ensino, com mais de 400 leitos e um contingente de mais de 2500 pessoas, entre colaboradores da saúde, administrativos e acadêmicos. Possui 38 habilitações em média e alta complexidade em diversas especialidades junto ao Ministério da Saúde. A instituição conta com Plano de Gerenciamento de Resíduos e procedimento operacional para manejo e descartes dos resíduos de serviço de saúde (RSS) (POP.DC.CCIH.056), o qual tem por objetivo padronizar o manejo seguro de RSS, de forma a garantir a destinação final ambientalmente adequada, reduzir custos hospitalares e preservar o meio ambiente e a saúde humana. Para o atendimento da segregação adequada dos resíduos gerados por toda a comunidade do hospital, há necessidade de aquisição de sacos plásticos para coleta em diversas cores e tamanhos. A separação desses resíduos é essencial para evitar a disseminação de infecções e garantir a segurança dos profissionais de saúde, da comunidade em geral e em especial dos coletadores de resíduos. A identificação visual por cores é uma estratégia para separação de resíduos, essa padronização visual facilita a distinção entre diferentes tipos de resíduos, ajudando a garantir o tratamento adequado e a destinação correta para cada tipo. A gestão adequada de resíduos de saúde é essencial para evitar a liberação de substâncias nocivas no meio ambiente. Os sacos de lixo são projetados para garantir a contenção adequada desses materiais e, quando destinados corretamente, ajudam a minimizar os impactos ambientais negativos.

2.1 Requisição nº 1867/2025 (HV) - A aquisição é necessária para melhorar a higiene e organização das entradas e áreas internas do hospital veterinário, garantindo um ambiente limpo, seguro e esteticamente adequado, além de reforçar a identidade visual da instituição.

2.1 Requisição nº 14810/2025 (PROAF) - A necessidade de se adquirir os itens constantes na requisição de material nº 14810/2025, se dá pela demanda causada pelos centros de estudo, setores administrativos e órgãos suplementares da UEL, que os utilizam nos banheiros para higienização pessoal. O porta papel higiênico 300 metros e o porta papel toalha são materiais indispensáveis para dar condições de uso adequado dos papéis usados em banheiros. As instalações sanitárias devem possuir lavatórios e estar supridas de produtos destinados à higiene pessoal, tais como papel higiênico, porta papel higiênico, porta papel toalha, dentre outros. Os materiais adquiridos servirão para a reposição do estoque do Almoxarifado Central da UEL, que disponibiliza os itens aos requisitantes já citados, dando condições de higienização e asseio da comunidade universitária.

2.1 Requisição nº 24541/2025 (CTU) - Considerando que no Centro de Tecnologia e Urbanismo há um grande fluxo de pessoas diariamente, a aquisição desse produto é essencial para promover conforto, segurança e preservação. O tapete auxilia na redução de escorregões e quedas causadas pela sujeira, lama ou água que podem se acumular nas áreas de circulação, especialmente em dias de chuvas. Contribuirá também para manutenção da limpeza do ambiente, evitando que sujeiras e resíduos sejam levados para dentro do prédio, facilitando a conservação dos pisos internos e promovendo um ambiente mais organizado para estudantes, professores.

2.1 Requisição nº 16976/2025 (HU) - Este Estudo Técnico Preliminar tem como objetivo subsidiar a instrução do processo de aquisição de materiais destinados às Práticas Integrativas e Complementares (PIC) no Hospital Universitário e Ambulatório de Especialidades da Universidade Estadual de Londrina (HU/AEHU-UEL). A aquisição visa suprir a demanda por um período estimado de 12 meses, podendo ser prorrogado por até 60 meses. A necessidade da aquisição decorre da ausência de propostas nos processos licitatórios anteriores (Pregão Eletrônico nº 148/2022, 168/2024 e 70/2024), os quais restaram desertos/fracassados. Trata-se de itens de baixo consumo e pequeno valor, o que inviabilizou a competição em processos licitatórios convencionais. Dessa forma, fundamenta-se a aquisição por dispensável de licitação, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei 14.133/2021, para itens de baixo valor. O Serviço Especializado de Práticas Integrativas e Complementares (PIC) do HU-UEL atende servidores do HU e AEHU, alunos e docentes do Centro de Ciências da Saúde da UEL. Os atendimentos são voltados para a promoção da saúde e bem-estar, com a finalidade de fortalecer o equilíbrio emocional, minimizar sintomas de estresse, ansiedade e pânico, e contribuir para a manutenção da imunidade e qualidade de vida. As

Práticas Integrativas e Complementares fazem parte da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) do SUS e incluem modalidades como acupuntura, escalda-pés, massoterapia, auriculoterapia, aromaterapia, reiki, meditação, ventosaterapia, moxabustação e argiloterapia. Para a execução dessas práticas, faz-se necessária a aquisição do seguinte material: Protetor de Plástico para Escalda-Pés O escalda-pés é uma técnica de imersão em água morna, que promove relaxamento e melhora da circulação sanguínea. Para garantir condições higiênicas adequadas, faz-se necessário o uso de protetores plásticos descartáveis para as bacias utilizadas no procedimento. A aquisição dos materiais supracitados é essencial para a continuidade dos atendimentos do Serviço de Práticas Integrativas e Complementares do HU-UEL, garantindo a promoção da saúde e bem-estar dos servidores, alunos e docentes atendidos. Diante da impossibilidade de aquisição por meio de pregão eletrônico, justifica-se a contratação por dispensa de licitação, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei 14.133/2021, dada a natureza de pequeno valor dos itens.

2.1 Requisição nº 7036/2025 (COU) - O presente estudo técnico preliminar visa a aquisição de insumos para limpeza de ambiente com a finalidade de suprir o estoque destes itens na COU. Utilizar panos descartáveis para a limpeza do ambiente hospitalar odontológico apresenta diversas vantagens, que são fundamentais para garantir a segurança dos pacientes e a eficácia dos procedimentos de higiene. Sua utilização baseia-se em: Higiene e Controle de Infecções: Os panos descartáveis reduzem o risco de contaminação cruzada, já que são utilizados uma única vez e, em seguida, descartados. Isso é crucial em ambientes odontológicos, onde a exposição a fluidos corporais e patógenos é comum. Praticidade: Os panos descartáveis são práticos e convenientes, facilitando o processo de limpeza. Não é necessário se preocupar com a lavagem e desinfecção dos panos reutilizáveis, o que economiza tempo e esforço. Redução de Custos a Longo Prazo: Embora a compra de panos descartáveis possa parecer mais cara inicialmente, a economia de tempo e recursos relacionados à limpeza e desinfecção de panos reutilizáveis pode resultar em uma redução de custos a longo prazo. Eficiência na Limpeza: Os panos descartáveis são frequentemente projetados para serem altamente absorventes e eficazes na remoção de sujeira e microrganismos, garantindo uma limpeza mais completa. Conformidade com Normas de Saúde: O uso de panos descartáveis pode ajudar as clínicas a cumprirem as normas e regulamentos de saúde e segurança, que frequentemente exigem práticas rigorosas de controle de infecção. Variedade de Aplicações: Existem diferentes tipos de panos descartáveis, adequados para diversas superfícies e finalidades, permitindo uma limpeza mais eficaz em diferentes áreas do ambiente odontológico. Redução de Alérgenos e Irritantes: Panos reutilizáveis podem acumular produtos químicos de limpeza e outros contaminantes ao longo do tempo. Os panos descartáveis, por serem usados uma única vez, minimizam essa preocupação. Esta prática pode contribuir para melhorar a eficiência e a segurança da limpeza, e também contribui para a manutenção de um ambiente mais saudável para pacientes e profissionais de saúde. Cabe ressaltar que, a aquisição deste item é essencial na limpeza e desinfecção de superfícies em serviços de saúde e são elementos primários e eficazes nas medidas de controle para romper a cadeia epidemiológica das infecções. Desta forma, pretende-se adquirir os materiais selecionando a proposta mais vantajosa para a Administração, observando-se o princípio da isonomia e a promoção da sustentabilidade. O item será mantido em estoque para atendimento dos requisitantes.

2.1 Requisição nº 24394/2025 (MUSEU) - A necessidade de adquirir o tapete de vinil personalizado do Museu/UEL surge da busca por um ambiente mais seguro, acolhedor e institucionalmente representativo. Como o tapete mede 1,20m x 0,60m, é confeccionado com filamentos de vinil entrelaçados e possui um fundo antiderrapante, ele oferece maior segurança ao evitar escorregões, além de resistência e durabilidade devido ao material vulcanizado. A personalização com a marca do Museu/UEL reforça a identidade visual da instituição, contribuindo para uma imagem profissional e acolhedora para visitantes, colaboradores e eventos. Assim, a aquisição atende à necessidade de melhorar a segurança, a estética e a valorização da marca do Museu Histórico de Londrina.

2.1 Requisição nº 26179/2025 (CCE) - Necessidade de higiene e conservação da limpeza nas áreas internas das secretarias do Centro de Ciências Exatas, garantindo um ambiente limpo, seguro e adequado.

2.1 Requisição nº 7020/2025 (HU) - A presente contratação tem como objetivo garantir o fornecimento contínuo de absorventes hospitalares (para incontinência urinária e fecal, uso pós-parto e pós-cirúrgico) e

toalhas descartáveis para higiene de pacientes internados nas unidades assistenciais do Hospital Universitário de Londrina. O hospital atende pacientes em regime de internação clínica, cirúrgica, obstétrica e de terapia intensiva, muitos dos quais em condição de restrição de mobilidade, acamados ou com quadros de incontinência. A higiene corporal e a contenção de excreções fazem parte dos cuidados básicos de enfermagem e são indispensáveis à manutenção da integridade cutânea, prevenção de infecções e promoção do conforto e dignidade dos pacientes. Absorventes para incontinência urinária/fecal (adulto e geriátrico) estão indicados para pacientes acamados, portadores de comorbidades neurológicas ou em cuidados paliativos. E também podem ser utilizados como absorventes pós-parto em puérperas em alojamento conjunto ou internação pós-cirúrgica obstétrica. Toalhas descartáveis para higiene são utilizadas na limpeza corporal diária de pacientes acamados, promovendo praticidade, segurança e controle de infecção. Além da desinfecção de superfícies próximas ao paciente, como camas, monitores, respiradores que são potencialmente contaminadas e reservatórios ambientais de patógenos. Os materiais são essenciais para a manutenção da assistência digna, segura e contínua aos pacientes internados.

2.1 Requisição nº 18763/2025 (PROAF) - A necessidade de se adquirir os itens constantes na Requisição de material nº 18763/2025 se dá pela demanda causada pelos centros de estudo, setores administrativos, laboratórios diversos e órgãos suplementares da UEL, sendo indispensáveis pela necessidade periódica de serviços de limpeza e conservação das instalações prediais, que são essenciais para o normal desenvolvimento dos trabalhos da Instituição, garantindo que sejam mantidas as condições de salubridade, higiene, bem-estar, saúde e a funcionalidade das instalações. Os materiais a serem adquiridos são fundamentais para o bom funcionamento do Campus, pois possibilitarão a limpeza e higienização adequadas de todos os setores e consequente desenvolvimento regular dos cursos e as demais atividades acadêmicas e administrativas, garantindo a prestação do serviço público e o cumprimento da missão institucional. A contratação servirá para repor o estoque do Almoarifado Central da UEL, que disponibiliza os itens aos requisitantes já citados.

2.1 Requisição nº 14825/2025 (HV) - A contratação tem como objetivo melhorar a segurança e conforto nas áreas de circulação e atendimento do Hospital Veterinário da UEL, reduzindo riscos de quedas com um produto antiderrapante. Além disso, a personalização do item contribuirá para fortalecer a identidade visual da instituição, criando um ambiente mais profissional e organizado. A medida atende ao interesse público ao garantir um ambiente seguro e alinhado à imagem institucional da UEL, refletindo seu compromisso com a qualidade do atendimento e o bem-estar de todos os usuários.

2.1 Requisição nº 16516/2025 (PCU) - A Universidade Estadual de Londrina (UEL) enfrenta a ausência de sinalização adequada em diversos locais de grande fluxo de pessoas, comprometendo a segurança e o conforto da comunidade acadêmica e visitantes. A falta de tapetes personalizados em áreas estratégicas, como entradas de prédios administrativos e espaços de acesso público, contribui para a dificuldade de identificação visual desses locais, gerando confusão e, em alguns casos, até mesmo riscos de acidentes, especialmente para pessoas com deficiência visual ou mobilidade reduzida. Esta situação compromete a organização e o bom funcionamento da UEL, afetando diretamente a experiência de todos que circulam pelo campus. A solução para esse problema é de vital importância para a manutenção do padrão de excelência da UEL, instituição pública que se compromete com a acessibilidade, segurança e bem-estar de todos os seus usuários. A implementação de uma sinalização visual clara e eficiente, por meio da instalação de tapetes personalizados, contribuirá para a melhoria da organização espacial, facilitando a locomoção e a identificação de ambientes. A clareza na sinalização impacta diretamente na segurança, reduzindo o risco de acidentes e melhorando a experiência dos usuários do campus, impactando positivamente a imagem da universidade como um espaço inclusivo e bem administrado. A não solução deste problema acarretará a persistência de riscos de acidentes, como quedas e colisões, especialmente em áreas com piso escorregadio. A ausência de sinalização adequada também pode gerar confusão e atrasos para os usuários, comprometendo a eficiência das atividades administrativas e acadêmicas. Além disso, a falta de sinalização inclusiva para pessoas com deficiência representa uma violação aos direitos dos cidadãos e pode resultar em ações judiciais contra a instituição. A falta de investimento em sinalização básica, como a instalação de tapetes personalizados, prejudica a imagem da UEL como instituição preocupada com o bem-estar da sua comunidade, comprometendo a sua reputação e atração de recursos.

2.1 Requisição nº 9749/2025 (COPS) - Os materiais de consumo são necessários à preparação e realização de provas objetivas, discursivas e práticas decorrentes de processos seletivos realizados pela Cops, de forma a garantir boa qualidade nos instrumentos de aplicação de provas, embalagem, acondicionamento e segurança dessas provas.

2.1 Requisição nº 24562/2025 (PROPLAN) - A Pró-Reitoria de Planejamento da Universidade Estadual de Londrina (UEL) enfrenta a ausência de tapete personalizado na entrada principal, área de grande fluxo de pessoas. A ausência de um piso com características adequadas também apresenta riscos de acidentes, como escorregões, principalmente em dias chuvosos ou em locais onde possa haver umidade. A instalação de um tapete na entrada da PROPLAN é necessária para evitar que sujeira, poeira e umidade sejam levadas para o interior do prédio, especialmente em dias chuvosos. Isso contribui para a manutenção da limpeza do ambiente, melhora a aparência institucional e proporciona maior segurança aos usuários, evitando escorregões e quedas. A ausência do tapete pode resultar no acúmulo de sujeira e água no piso interno, aumentando o risco de acidentes com escorregões e demandando maior esforço e custo com limpeza. Além disso, a má conservação da entrada pode comprometer a imagem institucional e o bem-estar dos servidores e visitantes.

2.1 Requisição nº 25263/2025 (CECA) - O Centro de Educação, Comunicação e Artes da Universidade Estadual de Londrina (UEL) enfrenta a ausência de tapetes personalizados em algumas de suas áreas de grande fluxo de pessoas. A falta desses tapetes compromete a estética dos ambientes, prejudicando a imagem institucional e a experiência dos visitantes, alunos e funcionários. Atualmente, o piso em algumas áreas apresenta-se desgastado e sem proteção adequada, o que contribui para o acúmulo de sujeira e a rápida deterioração do material original. Essa situação gera um ambiente menos acolhedor e funcional, impactando diretamente a imagem da UEL e a qualidade dos espaços destinados a atividades acadêmicas e culturais. A ausência de tapetes personalizados, com a logomarca da UEL, representa uma oportunidade perdida para reforçar a identidade visual da instituição e promover a sua imagem perante a comunidade universitária e a sociedade em geral. Além disso, a falta de um piso mais apropriado em áreas de tráfego intenso representa um risco de acidentes, como quedas, devido ao desgaste do piso existente. A solução dessa demanda contribuirá para um ambiente mais seguro e agradável para todos que frequentam o Centro, melhorando a percepção da qualidade dos serviços oferecidos pela UEL e promovendo um ambiente de trabalho e estudo mais confortável. A persistência da situação atual, sem a aquisição de tapetes personalizados, acarretará em danos ao patrimônio da UEL, devido à contínua degradação do piso existente. Além disso, a ausência de um revestimento adequado representa um risco à segurança dos usuários, aumentando a probabilidade de acidentes e consequentes custos com atendimento médico e reparação de danos. A imagem institucional também será afetada negativamente, prejudicando a percepção da qualidade da UEL e seu compromisso com o bem-estar da comunidade. A falta de tapetes também compromete a estética dos espaços, impactando a experiência de visitantes, alunos e funcionários, e a reputação da universidade.

2.1 Requisição nº 25087/2025 (SEBEC) - O Restaurante Universitário (RU) da Universidade Estadual de Londrina (UEL) enfrenta a ausência de tapetes personalizados para recepção em sua área de atendimento ao público. A ausência de um tapete adequado impacta diretamente a imagem institucional da UEL, uma vez que a área de recepção é o primeiro ponto de contato com a comunidade universitária e visitantes, e sua apresentação visual contribui significativamente para a percepção de organização, profissionalismo e respeito ao público. A falta de um elemento visualmente atrativo e que identifique a instituição nesse espaço compromete a experiência dos usuários e a projeção da imagem da UEL como uma instituição acolhedora e bem estruturada. A falta de um tapete adequado também representa um problema de acessibilidade e segurança. A ausência de um piso antiderrapante em local de grande fluxo de pessoas aumenta o risco de acidentes, especialmente em dias chuvosos, gerando potenciais danos físicos aos usuários e consequente necessidade de atendimento médico, com custos adicionais para a universidade e prejuízo para os indivíduos afetados. A ausência de um elemento que indique a área de recepção também pode gerar confusão e dificultar o acesso dos usuários aos serviços oferecidos, impactando a eficiência do atendimento ao público e comprometendo a imagem de organização e eficiência da UEL. A não solução desse problema implicará em prejuízos diretos e indiretos para a UEL e para a comunidade. A persistência da situação atual pode levar a acidentes com consequências físicas para os usuários, gerando custos com atendimento

médico e ações legais, além de danos à imagem institucional da UEL. A ausência de um elemento visual que identifique e demarque claramente a área de recepção, como um tapete personalizado, contribuirá para uma experiência negativa para visitantes e membros da comunidade universitária, afetando a reputação da instituição e a satisfação dos usuários com os serviços oferecidos. A falta de um piso antiderrapante pode ainda comprometer a segurança e o bom funcionamento das atividades do Restaurante Universitário (RU).

2.1 Requisição nº 6933/2025 (PROAF) - A necessidade de se adquirir os itens constantes na Requisição de material nº 6933/2025 se dá pela demanda causada pelos centros de estudo, setores administrativos e órgãos suplementares da UEL, que os utilizam para a manutenção e limpeza em geral, sendo indispensáveis para manter os ambientes asseados e organizados.

2.1 Requisição nº 10276/2025 (HV) - A aquisição de sacolas plásticas 25 x 35 x 0,4, cor branca, é essencial para o acondicionamento e descarte seguro de resíduos gerados no Hospital Veterinário Escola (HV) da UEL e recolhimento de fezes dos animais em atendimento no Hospital. Resolve o problema de organização e higiene, atendendo ao interesse público ao garantir a biossegurança e a proteção da saúde da comunidade acadêmica e dos animais. Requisitos para a Compra Material: Polietileno de alta densidade, espessura mínima de 0,4 mm. Dimensões: 25 cm x 35 cm, com tolerância de $\pm 5\%$. Cor: Branca opaca, para identificação visual. Resistência: Suportar até 5 kg sem rasgar. Conformidade com normas de biossegurança (ex.: ABNT NBR 9191). Fornecimento em pacotes selados, com quantidade mínima por embalagem definida no edital

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1 Requisição nº 25318/2025 (FU); Requisição nº 1867/2025 (HV); Requisição nº 10276/2025 (HV) - Fornecimento: Após análise, foi identificado que a modalidade de compra: FORNECIMENTO é a melhor opção, ou seja, entrega parcelada de acordo com as necessidades do Hospital Veterinário.

3.1 Requisição nº 14825/2025 (HV) - Fornecimento: A opção pelo fornecimento de tapete de vinil personalizado mostra-se a solução mais adequada para atender às necessidades do Hospital Veterinário da Universidade Estadual de Londrina, considerando que o controle de resíduos, umidade e sujidades nas áreas de circulação está diretamente relacionado à manutenção da higiene ambiental e às práticas de biossegurança, especialmente em ambiente caracterizado por intenso fluxo de pessoas, animais, materiais e equipamentos.

3.1 Requisição nº 8325/2025 (PROAF) - Fornecimento: Compra de materiais via PE (Pregão Eletrônico). Compra para reposição de estoque com entrega/fornecimento parcelado para 12 meses a partir de um contrato de fornecimento de materiais de limpeza e produção de higienização. Materiais a serem utilizados nas diversas unidades da UEL.

3.1 Requisição nº 4602/2025 (HU) - Fornecimento: A solução mais viável para esta aquisição a realização de processo licitatório próprio e celebração de contrato para fornecimento. Essa abordagem é adequada, uma vez que os itens solicitados não estão vinculados a equipamentos específicos, o que dispensa outras modalidades de contrato, como comodato ou locação. Além disso, um contrato de fornecimento permite o abastecimento parcelado dos bens ao longo do período de 12 meses, conforme necessário para a reposição de estoque, podendo ainda ser prorrogável por mais 48 meses, se assim as partes julgarem pertinente. Ao final do contrato, se for de desejo da instituição e disponibilidade do contratado, poder-se-á renová-lo reduzindo a necessidade de abertura de novo processo de contratação, otimizando recursos humanos envolvidos neste processo e agilizando as aquisições do órgão.

3.1 Requisição nº 14810/2025 (PROAF) - Fornecimento: Compra para reposição de estoque com entrega/fornecimento parcelado para 12 meses. Materiais a serem utilizados nas diversas unidades da UEL.

3.1 Requisição nº 24541/2025 (CTU) - Outros: Após realização de levantamento de mercado, identificou-se que a solução mais adequada é aquisição por pregão eletrônico. Isso ocorre porque os itens não possuem

garantia contratual além das garantias de mercado e, devido ao seu consumo durante o uso, não se adequam a um contrato de locação ou comodato.

3.1 Requisição nº 16976/2025 (HU) - Fornecimento: Diante da natureza dos itens e dos métodos vislumbrados no mercado, observou-se que o fornecimento é o único método disponível para este grupo de itens, dado que são de uso único, exclusivo e descartável, não sendo possível se exigir um contrato de locação e/ou comodato.

3.1 Requisição nº 7036/2025 (COU) - Fornecimento: A solução mais adequada para atender à demanda identificada é o contrato por fornecimento. Ao optar pelo fornecimento, eliminamos outras modalidades contratuais, como comodato ou locação. Essa modalidade atende a necessidade de abastecimento de estoque. Essa abordagem não apenas assegura a disponibilidade imediata do item solicitado, mas também contribui para a otimização do processo de abastecimento, garantindo que os recursos estejam sempre disponíveis conforme as necessidades da operação. Além disso, permite maior controle sobre o estoque, possibilitando uma gestão mais eficiente e previsível dos insumos, atendendo o devido abastecimento parcelado dos itens.

3.1 Requisição nº 24394/2025 (MUSEU) - Fornecimento: A solução adotada consiste na contratação com fornecimento parcelado, em até 12 meses, conforme demanda da Administração, durante o período de vigência contratual.

3.1 Requisição nº 26179/2025 (CCE) - Outros: A solução mais adequada para atender a necessidade do CCE é a aquisição com entrega total da quantidade solicitada.

3.1 Requisição nº 7020/2025 (HU) - Fornecimento: Entre as opções verificadas no levantamento de mercado, a solução mais adequada é o fornecimento contínuo de bens para o Hospital Universitário de Londrina da Universidade Estadual de Londrina. Embora apresente maior complexidade administrativa e o risco de penalidades contratuais por descumprimento do fornecedor, a opção de fornecimento contínuo se mostra superior à compra imediata em razão da garantia de fornecimento ininterrupto de materiais hospitalares. Esta continuidade assegura o pleno funcionamento do hospital, minimizando riscos à saúde dos pacientes e à eficiência dos serviços prestados. A previsibilidade do fornecimento contínuo também permite um melhor planejamento de estoque, otimizando recursos e evitando desperdícios decorrentes de falta ou excesso de materiais. Além disso, a competição entre fornecedores em um contrato de longo prazo tende a gerar preços mais competitivos a longo prazo, contribuindo para a otimização dos recursos públicos. A complexidade administrativa adicional é compensada pelos benefícios de um suprimento estável e previsível, essencial para a operação de um hospital universitário.

3.1 Requisição nº 18763/2025 (PROAF) - Fornecimento: Compra de material via PE (Pregão Eletrônico). Compra para reposição de estoque com entrega/fornecimento parcelado para 12 meses a partir de um contrato de fornecimento. Materiais a serem utilizados nas diversas unidades da UEL.

3.1 Requisição nº 16516/2025 (PCU) - Fornecimento: Após a realização de levantamento de mercado, identificou-se que a solução mais adequada é o fornecimento de tapete de vinil personalizado, vulcanizado, medindo 1,20 m x 0,60 m, confeccionado com filamentos de vinil entrelaçados, com fundo sólido antiderrapante em vinil. A personalização solicitada contempla a inscrição "UEL" no centro do tapete, na cor verde, com fundo na cor ouro e bordas de 5 cm na cor verde musgo. Essa escolha se justifica pela necessidade de garantir maior segurança, organização e identidade visual nas dependências da Universidade Estadual de Londrina (UEL). O tapete de vinil entrelaçado com fundo antiderrapante oferece excelente desempenho na retenção de sujeira e umidade, contribuindo para a conservação dos pisos internos, a redução de custos com limpeza e o aumento da segurança ao evitar escorregamentos. A personalização com o nome da instituição reforça a identidade institucional, agregando valor estético e organizacional aos ambientes. Além disso, o levantamento de mercado demonstrou que o modelo escolhido atende aos critérios de durabilidade, fácil manutenção, resistência ao tráfego intenso e boa relação custo-benefício. Dessa forma, a escolha visa atender à demanda de forma funcional e eficiente, promovendo um ambiente limpo, seguro e institucionalmente padronizado.

3.1 Requisição nº 9749/2025 (COPS) - Fornecimento: A aquisição é a solução mais adequada, pois trata-se de materiais de consumo personalizados e com necessidade de reposição em estoque.

3.1 Requisição nº 24562/2025 (PROPLAN) - Outros: Entre as opções verificadas no levantamento de mercado, a solução mais adequada é a aquisição. Considerando que a demanda é pontual, referente à aquisição de apenas uma unidade e sem previsão de reposição futura, a modalidade mais adequada é a aquisição imediata. Essa opção evita a complexidade de um contrato de fornecimento contínuo, permitindo atendimento ágil, com menor custo administrativo e previsibilidade orçamentária. Trata-se da solução mais eficiente e prática diante da natureza não recorrente da necessidade apresentada.

3.1 Requisição nº 25263/2025 (CECA) - Fornecimento: Entre as opções verificadas no levantamento de mercado, a solução mais adequada é a realização de um processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico para aquisição de tapetes personalizados e antiderrapantes para o Centro de Educação, Comunicação e Artes da Universidade Estadual de Londrina. Esta opção se justifica pela necessidade de garantir a obtenção do melhor custo-benefício, considerando a variedade de fornecedores e a possibilidade de comparação entre diferentes propostas. A concorrência pública assegura a transparência e a isonomia entre os participantes, evitando a escolha de um fornecedor sem a devida análise comparativa. Além disso, o Pregão Eletrônico, por sua natureza online, otimiza o processo de aquisição, reduzindo tempo e custos administrativos. A análise prévia do mercado, que identificou a existência de múltiplos fornecedores com produtos similares, reforça a viabilidade desta solução, permitindo que a Universidade obtenha tapetes com as características desejadas (personalização, antiderrapante e durabilidade) ao menor preço possível, dentro dos padrões de qualidade exigidos. A aquisição imediata, por sua vez, compromete o princípio da economicidade e da ampla concorrência previstos na Lei nº 14.133/2021.

3.1 Requisição nº 25087/2025 (SEBEC) - Fornecimento: Entre as opções verificadas no levantamento de mercado, a solução mais adequada é a realização de um processo licitatório na modalidade pregão eletrônico para aquisição de tapetes personalizados e antiderrapantes para o Restaurante Universitário da Universidade Estadual de Londrina. Esta solução se justifica pela necessidade de garantir a transparência, a isonomia e a competitividade na escolha do fornecedor, princípios basilares da Lei nº 14.133/2021. A concorrência pública, por meio do pregão eletrônico, possibilitará a comparação de preços, qualidade, personalização e características antiderrapantes de diferentes fabricantes, assegurando a obtenção do melhor custo-benefício para o RU da UEL. A compra imediata, por sua vez, compromete a observância desses princípios e pode resultar em prejuízos financeiros para a instituição, além de impedir a avaliação criteriosa das diversas opções disponíveis no mercado. O processo licitatório, portanto, permite a escolha informada e justificada do produto que melhor atende às necessidades do Restaurante Universitário, considerando a segurança, a identidade institucional e a durabilidade desejadas, com o menor ônus possível para a universidade.

3.1 Requisição nº 6933/2025 (PROAF) - Fornecimento: Aquisição para reposição de estoque com entrega/fornecimento parcelado para 12 meses. Material a ser utilizado nas diversas unidades da UEL.

4. PESQUISA DE PREÇOS:

4.1 A pesquisa de preços que embasou a formação do(s) preço(s) máximo(s) unitário(s) da presente licitação foi realizada nos moldes do art. 368 do Decreto Estadual nº 10.086/2022 e do art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

5. PARCELAMENTO DO OBJETO:

5.1 O objeto do presente Pregão Eletrônico será dividido em itens, em observância à ampliação da competitividade, conforme determina o art. 40, inciso V, alínea b, da Lei Federal 14.133/2021.

6. SUSTENTABILIDADE:

6.1 Requisição nº 25318/2025 (FU); Requisição nº 4602/2025 (HU); Requisição nº 1867/2025 (HV); Requisição nº 24541/2025 (CTU); Requisição nº 16976/2025 (HU); Requisição nº 7036/2025 (COU); Requisição nº 26179/2025 (CCE); Requisição nº 7020/2025 (HU); Requisição nº 14825/2025 (HV); Requisição nº 16516/2025 (PCU); Requisição nº 25263/2025 (CECA); Requisição nº 25087/2025 (SEBEC); Requisição nº 10276/2025 (HV) A(s) empresa(s) contratada(s) deverá(ão) observar as práticas de sustentabilidade abaixo indicadas:

- I. Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas específicas da ABNT;
- II. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- III. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
- IV. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

6.1 Requisição nº 8325/2025 (PROAF); Requisição nº 14810/2025 (PROAF); Requisição nº 24394/2025 (MUSEU); Requisição nº 18763/2025 (PROAF); Requisição nº 9749/2025 (COPS); Requisição nº 24562/2025 (PROPLAN); Requisição nº 6933/2025 (PROAF) Em razão da natureza do(s) item(ns) a ser(em) adquirido(s), não será(ão) necessária(s) a observação de normas de sustentabilidade.

7. CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE:

7.1 O objeto deste Edital será licitado nos termos a seguir:

- a) Itens n. **03, 06 e 08 - LOTE EXCLUSIVO** para participação de empresas enquadradas como ME-EPPMEI;
- b) Itens n. **01, 02, 04, 05, 07, 09, 10 e 11** - com **AMPLA DISPUTA** para participação de todas as empresas interessadas, independente do faturamento.

8. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS COMUNS:

8.1 O(s) objeto(s) dessa licitação é(são) classificado(s) como bem(ns) comum(ns), pois possui(em) especificação(ões) usual(is) de mercado e padrão(ões) de qualidade definidas em edital, conforme estabelece o inciso XIII do art. 6º da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

9. DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO:

9.1 prazo de entrega dos bens é de **10 (dez) dias**, contados do envio da Ordem de Compra ou documento equivalente, no endereço indicado no Anexo VI deste edital.

9.2 No caso de produtos, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior **12 mes(es)**.

9.3 Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de **10 (dez) dias**, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

9.4 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **5 (cinco) dias**, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.5 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de **10 (dez) dias**, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

9.5.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

9.6 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

9.7 O contratado deverá ter disponibilidade e capacidade de entregar o objeto nos endereços relacionados no Anexo VI deste edital, conforme as condições e as necessidades do licitante.

9.8 Os critérios para o recebimento estão especificados no item 7 do Anexo VII (minuta do contrato).

10. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE:

10.1 Obrigações do Contratado:

10.1.1 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;

10.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

10.1.3 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.4 Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.5 Indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

10.1.6 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.7 Manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

10.1.8 guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.1.9 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver;

10.1.9.1 Alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

10.1.9.2 Retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

10.1.9.3 Aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

10.1.10 Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

10.1.11. Caso seja verificado que o(s) equipamento(s) entregue(s) não atende(m) às especificações do Edital e da proposta, o objeto será recusado motivadamente, e a empresa será notificada para que efetue a substituição por produto(s) em conformidade, dentro do prazo máximo de 5 (cinco) dias.

10.1.12. Se a substituição dos produtos e/ou equipamento(s) em desconformidade não for concluída dentro do prazo máximo de entrega, a empresa incidirá na multa moratória prevista no item 13 "Sanções Administrativas do Contrato".

10.2 São obrigações do Contratante:

10.2.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

10.2.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2.3 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.2.4 Comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

10.2.5 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

10.2.6 Efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;

10.2.7 Efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;

10.2.8 Emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

10.2.9 Ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

10.2.10 Adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

10.2.11 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

11. FORMA DE PAGAMENTO:

11.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços - GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

11.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

11.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira Contratado pelo Estado, conforme o disposto no Decreto n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

11.3 O prazo estabelecido no item 11.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 12.4.1 das Condições Gerais do Pregão

11.3.1 Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

11.4 As notas fiscais devem ser emitidas conforme indicado na Ordem de Compra ou em documento equivalente, constando número da licitação, lote/item e validado dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque.

11.5 Em cumprimento à Instrução Normativa RFB n. 2.145/2023, a empresa deverá destacar a retenção do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) nos documentos fiscais emitidos à UEL, observando o enquadramento legal de incidência, sob pena de devolução da nota fiscal.

11.6 A Nota Fiscal que for apresentada com erro será devolvida à EMPRESA para retificação ou substituição, sendo que os trâmites para o pagamento reiniciarão a partir da apresentação da Nota Fiscal sem erros.

11.7 O Estado do Paraná não possui convênio com a Receita Federal e, por tal razão, não efetuará a retenção da CSLL, COFINS e PIS/PASEP eventualmente devidos pela CONTRATADA à Receita 11.10.

11.8 As empresas sediadas no Estado do Paraná deverão efetuar o preenchimento das Notas Fiscais demonstrando nos campos preço unitário e preço total, o valor já descontado o percentual correspondente à alíquota do ICMS e no campo dados adicionais, indicar que a isenção é efetuada em cumprimento ao disposto no Decreto Estadual n. 1.261/2003, de 14/05/2003, com as alterações inseridas pelo Decreto Estadual n. 1.546/2003 de 04/07/2003, demonstrando também o preço total com ICMS, o desconto referente à isenção do ICMS e o preço total sem o respectivo imposto.

11.9 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela

Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$	$I = \frac{(6/100)}{365}$	$I = 0,00016438$ TX = Percentual da taxa anual = 6%.
------------	---------------------------	---

12. ACEITABILIDADE DE PREÇOS:

12.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO do ITEM e desde que atendidas as especificações técnicas especificadas no Edital para cada objeto, conforme os subitens n. 1.2.1 e 1.2.2. do Termo de Referência (Anexo I) e as condições exigidas no item 6 do presente Edital.

13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA:

13.1 É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

- Sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
- Sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e
- Não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

13.2 A alteração subjetiva a que se refere o item 13.1 deverá ser formalizada por termo aditivo ao contrato.

14. SUBCONTRATAÇÃO:

14.1 É vedada a subcontratação integral dos serviços inerentes ao objeto deste certame, e a subcontratação de partes do objeto, somente será possível mediante aprovação prévia e formal pela Administração do HU, o que não eximirá a empresa proponente das obrigações contratuais e responsabilidade civil perante a Universidade Estadual de Londrina.

15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO:

15.1 Não haverá exigência de garantia contratual, pois os pagamentos somente ocorrerão após o regular recebimento dos itens objeto do Edital.

16. VIGÊNCIA:

16.1 1 O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por meio de Termo Aditivo, por um ou mais períodos, desde que satisfeitos os requisitos dos artigos 106 e 107 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

17. DO REAJUSTAMENTO:

17.1 A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal n.º 10.192, de 2001, utilizando-se o índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

17.1.1 A data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado.

17.1.1.1 O reajuste será concedido mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

17.1.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

17.1.3 Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura

17.1.4 A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

18. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

18.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado deste exercício, em uma das dotações abaixo discriminadas:

UEL/SETI: Gestão/Unidade: 453012364348116 - Gestão das Atividades Universitárias UEL;
Fonte de Recursos: 500 - Tesouro, 501 - Próprio, 700 - Federal, 703 - Outros Convênios;
Programa de Trabalho: 34 - Universidade e Sociedade;
Elemento de Despesa: Conforme indicado na Requisição de Compra/Serviço

Fundo Paraná/SETI: Gestão/Unidade: 456019571338153 - Desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação no Estado do Paraná;
Fonte de Recursos: 759 - Tesouro/Recursos Vinculados a Fundos;
Programa de Trabalho: 33 - Paraná Mais Ciência;
Elemento de Despesa: Conforme indicado na Requisição de Compra/Serviço

HU/SESA: Gestão/Unidade: 476010122358168 - Gestão do Hospital Regional Norte do Paraná UEL;
Fonte de Recursos: 500 - Tesouro; 501 - Próprio, 700 - Federal, 899 - SUS;
Programa de Trabalho: 35 - Cuidado Regionalizado em Saúde;
Elemento de Despesa: Conforme indicado na Requisição de Compra/Serviço

HU/SETI: Gestão/Unidade: 453012364348075 - Gestão do Hospital Regional Norte do Paraná UEL;
Fonte de Recursos: 500 - Tesouro; 501 - Próprio, 700 - Federal, 899 - SUS;
Programa de Trabalho: 34 - Cuidado Regionalizado em Saúde;
Elemento de Despesa: Conforme indicado na Requisição de Compra/Serviço

19. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

19.1 O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

20. DECRETO ESTADUAL N.º 10.086, de 2022:

Os servidores que subscrevem este Termo de Referência atestam que observaram integralmente a regulamentação estabelecida pelo Decreto n.º 10.086, de 2022 e as orientações constantes da Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná.

Responsáveis pela elaboração do Termo de Referência

PAULA CRISTIANE BATISTELLA
(HU-DA-DM)

ROSEMEIRE DIAS DA SILVA FELTEN
(HV-SEC)

PRISCILA CONDE BOGO
(HU-DA-DS)

VANDERLEI JUBANSKI
(PROAF-DM-DA)

ELIZABETH MARIA DOS SANTOS
(PROAF-DM-DA)

ADRIANA GONÇALVES
(HU-DA-DS)

FERNANDA CRISTINA SPOSITO
(COU-DA)

VANESSA CORREIA DE BARROS DIAS
(HV-SEC)

LUIZ CLAUDIO MEDEIROS
(COPS-DAD-DAA)

FABIO RICARDO FAJANI
(PCU-SEC)

ADELAINE RODRIGUES OLIVEIRA
(HU-DE-AECRM)

EDENI RAMOS VILELA
(MUSEU-SEC)

MARCELO LUIZ DA SILVA
(CTU-SEC)

SIMONE YURIKO KOBAYASHI
(PROPLAN-SEC)

MARCIO ROGERIO MORAES MACHADO
(SEBEC-DRU)

EDIVALDO FONTANA
(FU-DA)

JULIANA CRISTINA GONÇALVES MEIRELLES
(CECA-SEC)

JOELMA DE SOUZA PESSOA CATARINO BUENO
(CCE-SEC)

ANEXO II

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1 Os licitantes encaminharão exclusivamente por meio do Sistema de Compras do Governo Federal - **COMPRAS.GOV**, os documentos habilitação que seguem abaixo, **no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas**, a contar da notificação, sendo facultado ao(a) Pregoeiro(a) prorrogar o prazo estipulado, quantas vezes julgar necessário:

1.1 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA: Cédula de Identidade, no caso de pessoa física. Registro comercial, no caso de empresa individual. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País. Procuração do representante do licitante no pregão, se for o caso.

1.2 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA: Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; Certificado de regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal; Certidões de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão relativa a Contribuições Previdenciárias); Fazenda Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação); e Fazenda Municipal; e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei Federal n.º 12.440/2011;

1.3 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA: Certidão Negativa de feitos sobre Falência, expedida pelo Cartório Distribuidor da sede do licitante. Balanço Patrimonial, demonstração de resultado dos últimos 2 exercícios, comprovação da situação da empresa. Cálculos dos índices contábeis.

1.3.1 balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

1.3.2 o balanço exigido no item anterior será limitado ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

1.3.3 as empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

1.3.4 a comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$

Ativo Circulante
LC = -----; e
Passivo Circulante

1.3.5 As empresas, cadastradas ou não no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), deverão apresentar resultado superior ou igual a 1,0 (um inteiro) no índice de Liquidez Geral (LG); superior ou igual a 1,0 (um inteiro) no índice de Solvência Geral (SG); superior ou igual a 1,0 (um inteiro) no índice de Liquidez Corrente (LC);

1.3.6 As empresas DEVERÃO APRESENTAR OS ÍNDICES CONTÁBEIS JÁ CALCULADOS, com assinatura do contador e do representante legal, que serão analisados com base no balanço apresentado.

1.4 DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

1.4.1 AFE – Autorização de Funcionamento da Empresa emitida pela **ANVISA/MS**, da fabricante dos produtos cotados, quando for(em) nacionais. Se (o)s produto(s) for(em) importados, deverá ser entregue a AFE da empresa detentora do(s) registro(s) do(s) item(ns) junto a **ANVISA/MS - (caso necessário)**;

1.4.2 Licença Sanitária estadual ou municipal da proponente, compatível com o produto e a atividade.- **(caso necessário)**;

1.4.3 Certidão de Registro dos produtos e equipamento cotados no **Ministério da Saúde**, ou publicação do **Registro no Diário Oficial da União** (em caso de medicamentos / produtos médico-hospitalares / equipamentos, exigida **pela ANVISA**) – **(caso necessário)**;

1.5 DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO, NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES, DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LOGÍSTICA REVERSA DOS PRODUTOS E DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS (Anexo V).

1.6 COMPROVANTE DA CONDIÇÃO DE ME OU EPP, se for o caso: Certidão Simplificada original da Junta Comercial da sede do licitante ou documento equivalente, além de Declaração escrita sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, estando apto a usufruir dos benefícios previstos nos art. 42 a art. 49 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006 (**ANEXO VIII**), bem como o Demonstrativo de Resultado do Exercício – DRE, a que se refere a Resolução n.º 1.418, de 2012, de Conselho Federal de Contabilidade – CFC, ou outra norma que vier a substituir (art. 122, parágrafo único, do Decreto Estadual 10.086/222).

1.6.1 De acordo com o art. 43, §1º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

1.6.1.1 A prorrogação do prazo previsto no item anterior deverá ser concedida pela Administração sempre que requerida pelo licitante, salvo na hipótese de urgência da contratação, devidamente justificada.

1.6.2 A não regularização da documentação, no prazo previsto no parágrafo anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal n.º

14.133, de 2021, sendo facultado ao órgão ou entidade responsável pelo processo licitatório convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

1.6.3 Na hipótese do item 1.6.1, as microempresas, as empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

1.6.4 Eventuais informações/certidões vencidas no registro cadastral deverão ser supridas pela apresentação do respectivo documento atualizado.

1.6.5 Todos os documentos apresentados deverão identificar o licitante, com a indicação do nome empresarial e o CNPJ da matriz, quando o licitante for a matriz, ou da filial, quando o licitante for a filial (salvo para os documentos que são emitidos apenas em nome da matriz). Quando a proposta for apresentada pela MATRIZ, e o fornecimento for através de sua filial, o CNPJ da filial deverá constar da proposta.

1.7 SUBSTITUIÇÃO DE DOCUMENTOS POR CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE REGISTRO CADASTRAL:

1.7.1 Os documentos mencionados nos itens 1.1; 1.2 e 1.3 poderão ser substituídos pelo Certificado de Regularidade de Registro Cadastral emitido pelo Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (<HTTPS://pncp.gov.br>) ou pela Certidão de Regularidade emitida pelo sistema GMS – Gestão de Materiais e Serviços do Estado do Paraná, disponível no site <https://www.gms.pr.gov.br/gms/consultarDocumentacaoObrigatoria.do?action=iniciarProcesso>, e/ou SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, disponível no site <https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf-web/index.jsf>, desde que os documentos estejam constantes e atualizadas no mencionado registro cadastral.

ANEXO III
MODELO DE DESCRITIVO DA PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº xxx Ano: xxx

DADOS DO FORNECEDOR

Fornecedor:	
CNPJ/CPF :	Inscrição Estadual :
Endereço :	
Bairro:	
CEP:	Cidade: Estado:
Telefone:	Fax: e-mail:
Banco:	Agência: Conta-corrente:

Constitui objeto desta licitação: Aquisição de **OBJETO**, para atender ao(à) ÓRGÃO/ENTIDADE.

1. Especificações técnicas:

Lote 1	Descrição	Quantidade	Valor Unitário Bruto	Valor Total Bruto	Valor Unitário s/ ICMS	Valor Total s/ ICMS	Alíquota % ICMS
Item 1							

2 O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

2.1 Na hipótese de o certame não ser finalizado no prazo acima a proposta será automaticamente prorrogada, por mais 30 (trinta) dias.

3. A empresa vencedora é responsável pela qualidade e integridade do produto durante o período de validade e, inclusive, pelo seu transporte. Constatado qualquer problema, cabe ao Contratado efetuar a troca do produto nos termos do Edital e da legislação vigente.

4. O preço unitário estimado para o objeto encontra-se com a carga tributária completa. Nas operações previstas com o benefício do ICMS, na proposta de preço, o valor não pode ser maior do que o máximo UNITÁRIO estimado para o item, independentemente de tratar-se de “operação interna”, conforme estabelece o Convênio ICMS n.º 26, de 2003 - CONFAZ.

4.1 as empresas beneficiárias do disposto no Convênio ICMS 26, de 2003 - CONFAZ deverão, de forma expressa e obrigatoriamente, indicar em sua proposta o preço onerado e o preço desonerado (o qual deve ser igual ou menor ao preço do arrematante), discriminando o percentual de desconto relacionado à isenção fiscal.

4.2 para o licitante abrangido pelo benefício de que trata o item 4 e que participar da licitação com o preço desonerado do ICMS (preço líquido), a soma do preço proposto (preço líquido) com o valor do respectivo imposto não pode ultrapassar o valor máximo estabelecido no edital.

5. O arrematante atesta o atendimento das exigências técnicas conforme Anexo I do Edital.

6. O arrematante DECLARA que, para fins do disposto no § 1.º do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega desta proposta.

Local e data

Representante Legal

ANEXO IV

MODELO DE PROCURAÇÃO¹

OUTORGANTE: XXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, neste ato representado por XXXXXXXX,, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX,, CPF n.º XXXXXXXX,, residente e domiciliado na Rua XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

OUTORGADO: XXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX, e do CPF n.º XXXXXXXX, residente e domiciliado no(a) XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

PODERES: Por este instrumento, o OUTORGANTE confere ao OUTORGADO os mais amplos e gerais poderes, para em seu nome representá-lo no(a) Pregão Eletrônico n.º XXXX/XXXX, podendo para tanto protocolar e receber documentos, assinar declarações, propostas e contratos de fornecimento, interpor recurso, efetuar e efetivar lances no pregão, enfim, todos os atos necessários ao fiel e cabal cumprimento deste mandato.

Local e data

OUTORGANTE

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO

(timbre ou identificação do licitante)

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, **DECLARA**, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como:

1. INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

Que não se enquadra em nenhuma das vedações contidas no art. 14 da Lei Federal n.º 14.133/2021, em especial:

1.1 Não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

1.2. Nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenado(a) judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2. NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES

Que não utiliza a mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, conforme determina o art. 7º, inc. XXXIII da Constituição Federal.

3. DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À POLÍTICA AMBIENTAL DE LICITAÇÃO SUSTENTÁVEL

Que atesta o atendimento à política pública ambiental de licitação sustentável, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada.

4. DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS

Que para fins do disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Local e data.

Nome do representante legal

**ANEXO VI
LOCAIS DE ENTREGA**

ÓRGÃO/ENTIDADE
Local de Entrega: Clínica Odontológica Universitária – Rod. Celso Garcia Cid, PR 445, KM 380 - UEL
Responsável pelo Recebimento: Fernanda Cristina Sposito
Telefone: (43) 3371-6706
Horário de Funcionamento: de 2ª a 6ª das 08h00 às 12h00 e das 13h30 às 15:00

ÓRGÃO/ENTIDADE
Local de Entrega: Almoxarifado Central da Universidade Estadual de Londrina – Rod. Celso Garcia Cid / Km 380 (PR445)
Responsável pelo Recebimento: Vanderlei Jubanski
Telefone: (43) 3371-4199
Horário de Funcionamento: De segunda à sexta – feira das 8h00 as 11h00 e das 13h00 às 16:00

ÓRGÃO/ENTIDADE
Local de Entrega: Almoxarifado Central do Hospital Universitário de Londrina – Av. Robert Koch, 60 – Vila Operária – Londrina – Pr – CEP.: 86.038-350
Responsável pelo Recebimento: Sergio Henrique Barbosa de Oliveira
Telefone: (43) 3371-2233
Horário de Funcionamento: de 2ª a 6ª das 08h00 às 11h00 e das 13h00 às 16:00

ÓRGÃO/ENTIDADE
Local de Entrega: Farmácia do Hospital Veterinário da UEL - Rod. Celso Garcia Cid, PR-445, KM 380. Rua Chuva d'Ouro, s/n - Campus Universitário
Responsável pelo Recebimento: Rosemeire Dias da Silva Felten
Telefone: (43) 3371-4269
Horário de Funcionamento: de 2ª a 6ª das 08h00 às 11h00 e das 13h00 às 16:00

Protocolo nº 23.963.703-5 Pregão Eletrônico nº 061/2025 - GMS nº 530/2026 - Compras Gov nº 90.061/2025 - EDITAL (página 42 de 57)

ÓRGÃO/ENTIDADE

Local de Entrega: SEBEC / Restaurante Universitário da UEL - Rod. Celso Garcia Cid, PR 445, KM 380 - UEL

Responsável pelo Recebimento: Márcio Rogério Moraes Machado

Telefone: (43) 3371-4754

Horário de Funcionamento: de 2ª a 6ª das 07h00 às 08h00

ÓRGÃO/ENTIDADE

Local de Entrega: Centro de Ciências Exatas – CCE – Sala 314 – Secretaria Geral da UEL - Rod. Celso Garcia Cid, PR 445, KM 380 - UEL

Responsável pelo Recebimento: Sandra Accordi Vieira

Telefone: (43) 3371-4733

Horário de Funcionamento: de 2ª a 6ª das 08h00 às 12h00 e das 14h00 às 18:00

ÓRGÃO/ENTIDADE

Local de Entrega: Centro de Educação, Comunicação e Artes – CECA - Rod. Celso Garcia Cid, PR 445, KM 380 - UEL

Responsável pelo Recebimento: Juliana Cristina Gonçalves Meireles

Telefone: (43) 3371-4318

Horário de Funcionamento: de 2ª a 6ª das 09h00 às 12h00 e das 13h30 às 18:00

ÓRGÃO/ENTIDADE

Local de Entrega: Centro de Tecnologia e Urbanismo – CTU – Rod. Celso Garcia Cid, PR 445, KM 380 - UEL - Calçadão do Campus Universitário

Responsável pelo Recebimento: Marcelo Luiz da Silva

Telefone: (43) 3371-4525

Horário de Funcionamento: de 2ª a 6ª das 08h00 às 12h00 e das 14h00 às 18:00

Protocolo nº 23.963.703-5 Pregão Eletrônico nº 061/2025 - GMS nº 530/2026 - Compras Gov nº 90.061/2025 - EDITAL (página 43 de 57)

ÓRGÃO/ENTIDADE

Local de Entrega: Museu Histórico de Londrina - Antiga estação ferroviária, R. Benjamin Constant, 900 - Centro, Londrina - PR, 86010-350

Responsável pelo Recebimento: Edeni Ramos Vilela

Telefone: (43) 3371-1975

Horário de Funcionamento: de 2ª a 6ª das 08h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h30

ÓRGÃO/ENTIDADE

Local de Entrega: Pró-Reitoria de Planejamento – PROPLAN - Rod. Celso Garcia Cid, PR 445, KM 380 - UEL - Campus Universitário

Responsável pelo Recebimento: Simone Yuriko kobayashi

Telefone: (43) 3371-4431

Horário de Funcionamento: de 2ª a 6ª das 08h00 às 12h00 e das 14h00 às 18:00

ANEXO VII

MINUTA PADRÃO – CONTRATO DE FORNECIMENTO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº [XXXXXXXXX]

CONTRATANTE: Universidade Estadual de Londrina, pessoa jurídica de direito público interno, constituída na forma de Autarquia pela Lei Estadual nº 9.663/91, por meio de seu Órgão Suplementar **HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE LONDRINA**, localizado na Avenida Robert Koch nº 60, Vila Operária, em Londrina (PR), inscrito no CNPJ/MF sob nº 78.640.489/0001-53, neste ato representado(a) pelo(a) Diretora Superintendente, Enfª. Drª Iara Aparecida de Oliveira Secco, inscrita no CPF/MF sob nº 539.XXX.199-04, portador do RG nº 6.802.XXX-2, expedido pela Secretaria de Segurança Pública.

CONTRATADO(A): [NOME], inscrito no CNPJ/CPF sob o nº XXXXXXXXX, com sede no(a) XXXXXXXXX, neste ato representado por [NOME E QUALIFICAÇÃO], inscrito(a) no CPF sob o nº XXXXXXXXX, portador da carteira de identidade nº XXXXXXXXX, residente e domiciliado no(a) XXXXXXXXX, e-mail XXXXXXXXX e telefone XXXXXXXXX.

O presente Contrato será regido pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decreto nº 10.086, de 17 de janeiro 2022; pelo edital do Pregão Eletrônico nº 061/2025 (protocolo nº 23.963.703-5) do procedimento licitatório que originou o presente instrumento, com todos os seus anexos, pela proposta do licitante vencedor e pelas cláusulas e condições seguintes:

1 OBJETO:

1.1 Fornecimento parcelado de materiais de limpeza diversos (gel bactericida, multilimpador espumante, sacola plástica, entre outros), para atender o Campus-UEL, Hospital Veterinário-UEL, Farmácia Universitária-UEL, CECA-UEL, SEBEC-UEL, CTU-UEL, MUSEU-UEL, PROPLAN-UEL, PCU-UEL, COPS-UEL, CCE-UEL, COU-UEL E Hospital Universitário de Londrina, conforme descrito no Termo de Referência.

Item/ Lote	Cód. SICOR	Descrição do Objeto	Qtde.	Valor Unit.	Valor Total	Tipo
1	15651	Cód.GMS: 8104.104006 Cód. CATMAT: 462326 Unid. Padrão: UNIDADE CAIXA PAPELÃO RECICLADO MEDIDAS INTERNAS MÍNIMAS: 44CM DE COMPRIMENTO X 30,5CM DE LARGURA X 20,8CM DE ALTURA, COM DOBRAS PRÉ-MOLDADAS E DE FÁCIL MONTAGEM, COM TAMPA FORMADA PELAS ABAS.	100	5,87	587,00	Ampla
2	2098	Cód.GMS: 7910.82069 Cód. CATMAT: 307505 Unid. Padrão: UNIDADE DISCO DE FIBRA SINTETICA, DIAM.440/450MM. COR PRETO.	35	27,04	946,40	Ampla
3	41709	Cód.GMS: 6510.35404 Cód. CATMAT:	300	10,90	3.270,00	Exclusiva

		0273231 Unid. Padrão: UNIDADE GEL BACTERICIDA (ÁLCOOL GELIFICADO), TRANSPARENTE PARA ANTI-SEPSIA DAS MÃOS, À BASE DE ÁLCOOL ETÍLICO COM CONCENTRAÇÃO DE 70 A 90% E PH 7,5 A 8,5. COM EMOLIENTE, ESPESSANTE, EFEITO BACTERICIDA E FRAGRÂNCIA SUAVE. EMBALADO EM REFIL TIPO "SACHÊ" PLÁSTICO DESCARTÁVEL. VOLUME DE 800 ML, COM BICO DOSADOR. O PRODUTO DEVERÁ SER COMPATÍVEL COM O MODELO DE DISPENSADOR NO HOSPITAL SISTEMA BAG IN BOX). * Registro no Ministério da Saúde.				ME
4	2554	Cód.GMS: 7907.82150 Cód. CATMAT: 0307111 Unid. Padrão: FRASCO MULTILIMPADOR ESPUMANTE, AEROSOL SEM CFC, FRASCO COM NO MINIMO 380G.	120	34,90	4.188,00	Ampla
5	1494	Cód.GMS: 7907.5444 Cód. CATMAT: 241704 Unid. Padrão: LATA PASTA SAPONACEA. LATA COM 500 GRAMAS Pasta saponácea desengraxante, tipo pasta rosa.	30	7,02	210,60	Ampla
6	5919	Cód.GMS: 7903.5414 Cód. CATMAT: 0253514 Unid. Padrão: UNIDADE PORTA PAPEL TOALHA EM MATERIAL PLÁSTICO ABS DE ALTA RESISTÊNCIA, FORMATO RETANGULAR, VISOR FRONTAL TRANSPARENTE, ABERTURA INFERIOR DE NO MÍNIMO 6CM DE LARGURA, PARA PAPEL TOALHA DE DUAS OU TRÊS DOBRAS, FECHO ATRAVÉS DE CHAVE PRÓPRIA, FIXAÇÃO POR PARAFUSOS E BUCHAS QUE DEVEM VIR ACOMPANHADOS , MEDIDAS: 30CM DE ALTURA X 27CM DE LARGURA X 13CM DE PROFUNDIDADE.	60	42,90	2.574,00	Exclusiva ME
7	56524	Cód.GMS: 8503.93584 Cód. CATMAT: 056049 Unid. Padrão: PACOTE PROTETOR DE PLÁSTICO; BACIA PEDICURE; DESCARTÁVEL; COM ELÁSTICO; TAMANHO APROXIMADO 68CM X66CM. CAIXA COM 100 UNIDADES.	5	36,43	182,15	Ampla
8	10316	Cód.GMS: 7905.14898 Cód. CATMAT: 0226093 Unid. Padrão: PACOTE SACO PLÁSTICO NA COR PRETA; CAPACIDADE 50 LITROS; Conforme características a seguir: - Utilizado para coleta seletiva de resíduo domiciliar; - Confeccionado em resina termoplástica reciclada de polietileno de baixa densidade (PEBD); tipo sanfonado;	2.000	39,34	78.680,00	Exclusiva ME

		com solda continua fundo reto, homogênea e uniforme, proporcionando uma perfeita vedação; - Pacote com identificação do fabricante, capacidade volumétrica, medidas e quantidade, conforme NBR vigente; - Medidas mínimas: 63cm de largura x 80cm de altura e espessura mínima de 0,07 micra. - Pacote com 100 unidades pesando no mínimo 3,3kg.				
9	35111	Cód.GMS: 8102.36270 Cód. CATMAT: 373440 Unid. Padrão: PACOTE SACOLA PLASTICA Sacola, MATERIAL: Plástico reforçado, DIMENSÃO: 25cm x 35cm, COR: Branco leitoso, Pacote com 1000 unidades.	122	30,10	3.672,20	Ampla
10	25768	Cód.GMS: 7910.89694 Cód. CATMAT: 476791 Unid. Padrão: UNIDADE TAPETE DE VINIL PERSONALIZADO, VULCANIZADO, MEDINDO 1,20M X 0,60M, CONFECCIONADO COM FILAMENTOS DE VINIL ENTRELAÇADOS, FUNDO SÓLIDO ANTIDERRAPANTE EM VINIL. PERSONALIZAÇÃO: UEL, NA COR VERDE (CENTRO DO TAPETE), FUNDO NA COR OURO E BORDAS EM 5CM NA COR VERDE MUSGO.	108	147,00	15.876,00	Ampla
11	56398	Cód.GMS: 8503.68856 Cód. CATMAT: 449804 Unid. Padrão: ROLO TOALHA PARA "USO DA ENFERMAGEM"; LIMPEZA E SECAGEM DE SUPERFÍCIES; "COR: BRANCO" ROLO CONTENDO 600 UNIDADES DE PANOS. Uso: único, descartável; Composição: tecido não tecido; Gramatura mínima: 60g/m²; Dimensão: 32cm x 37cm (variação de +/- 5cm); Apresentação: rolo.	2.200	109,75	241.450,00	Ampla

****ATENÇÃO** DEVIDO A INCOMPATIBILIDADES NO DESCRITIVO DO ITEM NO SISTEMA COMPRAS.GOV, FAVOR CONSIDERAR O DESCRITIVO ACIMA PARA PROPOSTAS.**

1.2 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1.2.1 As especificações técnicas dos itens encontram-se dispostas na descrição do objeto, no item 1.1 do Termo de Referência.

1.2.2 Deverão ser observadas, ainda, as seguintes especificações técnicas complementares:

1.2.2.1 Para o **item nº 10**: Deverá possuir prazo de garantia contra defeitos de fabricação, a ser informado pelo fornecedor.

1.2.2.2 Para os **itens nº 03, 04, 05 e 08**: O prazo de validade dos produtos, não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, quando da entrega dos produtos.

2 FUNDAMENTO:

Este contrato decorre do Pregão Eletrônico n.º 061/2025, objeto do processo administrativo n.º 23.963.703-5, com homologação publicada no sítio eletrônico oficial e no Diário Oficial do Estado n.º XXXXXXXX, de XXXXXXXX e conforme ato de autorização nas fls. [XXXX] deste protocolo.

3 FORMA DE FORNECIMENTO:

Os bens deverão ser fornecidos de maneira parcelada, de acordo com a necessidade da instituição, conforme descrito no Termo de Referência.

4 PREÇO E VALOR DO CONTRATO:

4.1 O Contratante pagará ao Contratado os preços unitários previstos em sua proposta, que é parte integrante deste contrato:

4.2 O valor total do contrato é de R\$ XXXXXXXX (VALOR POR EXTENSO).

4.3 No preço pactuado estão inclusas todas as despesas necessárias à execução do objeto do contrato, inclusive tributos, encargos trabalhistas e despesas com transporte e locomoção.

5. DO REAJUSTE.

5.1 A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal n.º 10.192, de 2001, utilizando-se o índice IPCA – índice oficial do Estado do Paraná.

5.1.1. A data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado.

5.1.2. O reajuste será concedido mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

5.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

5.3. Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

5.4. A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

6. A RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

6.1 A responsabilidade pela gestão deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme item 6.3 deste Contrato, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas no art. 10 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

6.2 A responsabilidade pela fiscalização deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme o item 6.3 deste, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas nos arts. 11 e 12 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

6.3 Os responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato serão designados por ato administrativo próprio do Contratante.

6.4 A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos bens fornecidos, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

7. PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA E DE RECEBIMENTO:

7.1 Os bens deverão ser entregues no local (Anexo VI), na forma, nos prazos e de acordo com as especificações técnicas contidas no Termo de Referência (Anexo I), que integra o presente contrato para todos os fins.

7.2 O recebimento provisório será feito no local da entrega, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data da entrega, de acordo com o contido no Termo de Referência.

7.3 O recebimento definitivo será feito no prazo de até 10 (dez) dias da expedição do termo de recebimento provisório, depois de conferidos os itens recebidos, consignando eventuais intercorrências.

7.4 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8 FONTE DE RECURSOS:

8.1 A despesa correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

UEL/SETI: Gestão/Unidade: 453012364348116 - Gestão das Atividades Universitárias UEL;
Fonte de Recursos: 500 - Tesouro, 501 - Próprio, 700 - Federal, 703 - Outros Convênios;
Programa de Trabalho: 34 - Universidade e Sociedade;
Elemento de Despesa: Conforme indicado na Requisição de Compra/Serviço

Fundo Paraná/SETI: Gestão/Unidade: 456019571338153 - Desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação no Estado do Paraná;
Fonte de Recursos: 759 - Tesouro/Recursos Vinculados a Fundos;
Programa de Trabalho: 33 - Paraná Mais Ciência;
Elemento de Despesa: Conforme indicado na Requisição de Compra/Serviço

HU/SESA: Gestão/Unidade: 476010122358168 - Gestão do Hospital Regional Norte do Paraná UEL;
Fonte de Recursos: 500 - Tesouro; 501 - Próprio, 700 - Federal, 899 - SUS;
Programa de Trabalho: 35 - Cuidado Regionalizado em Saúde;
Elemento de Despesa: Conforme indicado na Requisição de Compra/Serviço

HU/SETI: Gestão/Unidade: 453012364348075 - Gestão do Hospital Regional Norte do Paraná UEL;
Fonte de Recursos: 500 - Tesouro; 501 - Próprio, 700 - Federal, 899 - SUS;
Programa de Trabalho: 34 - Cuidado Regionalizado em Saúde;
Elemento de Despesa: Conforme indicado na Requisição de Compra/Serviço

9 VIGÊNCIA:

9.1 O contrato terá vigência de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura do mesmo pela autoridade competente, podendo ser prorrogado por meio de Termo Aditivo, por um ou mais períodos, desde que satisfeitos os requisitos dos artigos 106 e 107 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

10 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES:

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial

10.1 São obrigações do Contratado:

10.1.1 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;

10.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

10.1.3 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.4 Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.5 Indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

10.1.6 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.7 Manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

10.1.8 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.1.9 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

10.1.9.1 Alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

10.1.9.2 Retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

10.1.9.3 Aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

10.1.10. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

10.1.11. Caso seja verificado que o(s) equipamento(s) entregue(s) não atende(m) às especificações do Edital e da proposta, o objeto será recusado motivadamente, e a empresa será notificada para que efetue a substituição por produto(s) em conformidade, dentro do prazo máximo de 5 (cinco) dias.

10.1.12. Se a substituição dos produtos e/ou equipamento(s) em desconformidade não for concluída dentro do prazo máximo de entrega, a empresa incidirá na multa moratória prevista no item 13 "Sanções Administrativas do Contrato".

10.2 São obrigações do Contratante:

10.2.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

10.2.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2.3 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.2.4 Comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

10.2.5 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

10.2.6 Efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;

10.2.7 Efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;

10.2.8 Emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

10.2.9 Ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

10.2.10 Adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

10.2.11 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

11 FORMA DE PAGAMENTO

11.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

11.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

11.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta corrente junto à instituição financeiro Contratado pelo Estado, conforme o disposto no Decreto n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

11.3 O prazo estabelecido no item 11.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 12.4.1 das Condições Gerais do Pregão.

11.3.1. Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

11.4 As notas fiscais devem ser emitidas conforme indicado na Ordem de Compra ou em documento equivalente, constando número da licitação, lote/item e validado dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque.

11.5 Em cumprimento à Instrução Normativa RFB n. 2145/2023, a empresa deverá destacar a retenção do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) nos documentos fiscais emitidos à UEL, observando o enquadramento legal de incidência, sob pena de devolução da nota fiscal.

11.6 A Nota Fiscal que for apresentada com erro será devolvida à EMPRESA para retificação ou substituição, sendo que os trâmites para o pagamento reiniciarão a partir da apresentação da Nota Fiscal sem erros.

11.7 O Estado do Paraná não possui convênio com a Receita Federal e, por tal razão, não efetuará a retenção da CSLL, COFINS e PIS/PASEP eventualmente devidos pela CONTRATADA à Receita Federal, conforme Instrução Normativa n. 001/2019-DTE/SEFA.

11.8 As empresas sediadas no Estado do Paraná deverão efetuar o preenchimento das Notas Fiscais demonstrando nos campos preço unitário e preço total, o valor já descontado o percentual correspondente à

alíquota do ICMS e no campo dados adicionais, indicar que a isenção é efetuada em cumprimento ao disposto no Decreto Estadual n. 1.261/2003, com as alterações inseridas pelo Decreto Estadual n. 1.546/2003, demonstrando também o preço total com ICMS, o desconto referente à isenção do ICMS e o preço total sem o respectivo imposto.

11.9 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1 Não haverá exigência de garantia contratual, pois os pagamentos somente ocorrerão após o regular recebimento dos itens objeto do Edital.

13. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

13.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

- a) Multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;
- b) Multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;
- c) Multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022.

13.3. O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.

13.4. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratado.

13.4.1. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

13.5. Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

13.6 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022, e na Lei n.º 20.656, de 2021.

13.7 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

13.8 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná.

13.9 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

13.10 As multas previstas neste edital poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo contratante decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública estadual.

14. CASOS DE EXTINÇÃO:

14.1 O presente instrumento poderá ser extinto:

14.1.1 por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

14.1.2 de forma consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; ou

14.1.3 por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

14.2 No caso de rescisão consensual, a parte que pretender rescindir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

14.3 Os casos de extinção contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa ao Contratado.

14.4 O Contratado, desde já, reconhece todos direitos da Administração Pública, em caso de extinção administrativa por inexecução total ou parcial deste contrato.

15. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:

15.1 Este contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas nos artigos 124 e 125 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

15.1.1 Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas compras.

15.2 É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

a) Sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

b) Sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e

- c) Não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15.3 As alterações previstas nesta cláusula serão formalizadas por termo aditivo ao contrato.

15.4 É vedada a subcontratação integral dos serviços/fornecimento inerentes ao objeto deste certame, e a subcontratação de partes do objeto, somente será possível mediante aprovação prévia e formal pela Administração do HU, o que não eximirá a empresa proponente das obrigações contratuais e responsabilidade civil perante a Universidade Estadual de Londrina.

15.5 A ocorrência de fatos supervenientes que alterem o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato deve ser comunicada imediatamente pela CONTRATADA à Divisão de Material do HU-UEL, sendo obrigatória a comprovação do alegado por meio de notas fiscais (**Nota Fiscal anterior e posterior ao fato**), para a devida análise e, se for o caso, procedido o realinhamento de preços.

15.6 A comunicação para os fins do parágrafo anterior, ainda que procedente, não terá efeito retroativo, e terá como referência a data da entrega do pedido na Divisão de Material do HUUEL, desde que acompanhado das notas fiscais adequadas, mediante protocolo de recebimento.

15.7 Concluída a instrução do requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

16. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

16.1 O CONTRATANTE e o CONTRATADO, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

16.2 O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do CONTRATADO, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do CONTRATANTE, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

16.3 Os dados tratados pelo CONTRATADO somente poderão ser utilizados no fornecimento dos BENS especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo CONTRATANTE;

16.4 Os registros de tratamento de dados pessoais que o CONTRATADO realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

16.5 o Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;

16.6 o Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do CONTRATANTE, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

16.7 O eventual acesso, pelo CONTRATADO, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o CONTRATADO e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.

16.8 O encarregado do CONTRATADO manterá contato formal com o encarregado do CONTRATANTE, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

16.9 A critério do controlador e do encarregado de Dados do CONTRATANTE, o CONTRATADO poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

16.10 o Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

16.11 Os representantes legais do CONTRATADO, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Estado para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.

16.12 As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do CONTRATADO, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas na forma do § 1º do art. 10 do Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020.

16.13 As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas na forma dos artigos 11, 12 e 13 do Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020.

16.14 O CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;

16.15 Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa SUBCONTRATADA dependerá de autorização prévia do CONTRATANTE, hipótese em que o SUBCONTRATADO ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao CONTRATADO.

16.16 Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o Contratado providenciará o descarte ou devolução, para o CONTRATANTE, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.

16.17 As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do CONTRATANTE à Controladoria-Geral do Estado, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Estado em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

17. DISPOSIÇÕES GERAIS:

17.1 Integram o presente contrato, para todos os fins: o edital da licitação e seus anexos e a proposta apresentada pelo Contratado durante a licitação.

17.2 Este contrato é regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 2022 e demais leis estaduais e federais pertinentes ao objeto do contrato, aplicando-se referida legislação aos casos omissos no presente contrato.

17.3 O Contratante enviará o resumo deste contrato à publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná e no sítio eletrônico oficial, sem prejuízo de disponibilização da íntegra do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sistema GMS.

17.4 O foro competente para a solução de litígios decorrentes do presente contrato é o da Comarca de Londrina/PR.

Londrina, data da assinatura eletrônica da contratante

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas

1 – Nome:

2 – Nome:

ANEXO VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, DECLARA, para os fins dispostos no Pregão Eletrônico n.º ____/_____, sob as penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

() MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

() MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme parágrafo 1º do artigo 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 188, de 2021.

() COOPERATIVA, nos termos do Art. 34, da Lei Federal nº 11488/2007.

DECLARA ainda:

1. Que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

2. Que não extrapolou a receita bruta máxima relativa ao enquadramento como empresa de pequeno porte, de que trata o art. 3º, II da Lei Complementar nº 123, de 2006, em relação aos valores dos contratos celebrados com a Administração Pública no ano-calendário de realização da licitação.

Local e data

Representante Legal

ANEXO IX

DECLARAÇÃO LGPD.

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, DECLARA, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como tem ciência de que:

1. Como condição para participar desta licitação e ser contratado(a), o(a) interessado(a) deve fornecer para a Administração Pública diversos dados pessoais, entre eles:

- 1.1.** aqueles inerentes a documentos de identificação;
- 1.2.** referentes a participações societárias;
- 1.3.** informações inseridas em contratos sociais;
- 1.4.** endereços físicos e eletrônicos;
- 1.5.** estado civil;
- 1.6.** eventuais informações sobre cônjuges;
- 1.7.** relações de parentesco;
- 1.8.** número de telefone;
- 1.9.** sanções administrativas que esteja cumprindo perante a Administração Pública;
- 1.10.** informações sobre eventuais condenações no plano criminal ou por improbidade administrativa; dentre outros necessários à contratação.

2. Essas informações constarão do processo administrativo e serão objeto de tratamento por parte da Administração Pública.

3. O tratamento dos dados pessoais relacionados aos processos de contratação se presume válido, legítimo e, portanto, juridicamente adequado.

Local e data

Representante Legal

ANEXO X

**BANCO DE DADOS DE AVALIAÇÕES TÉCNICAS DAS AMOSTRAS
(Realizados nos últimos 3 anos)**

Item: 10316 Saco Plástico Na Cor Preta; Capacidade 50 Litros;

I - Produtos já **aprovados** pela HU-UEL

Cód. CadMat/CatServ	n. Anvisa	Fabricante	Marca	Modelo
0226093		Premium Londrina	Premium	Saco Lixo Preto 60 L Medida: 63 X 80 X 7

II - Produtos cujas amostras foram **reprovadas** pela HU-UEL

Cód. CadMat/CatServ	n. Anvisa	Fabricante	Marca	Modelo
0226093		Azeplast	Azeplast - Distribuir Profissional	Saco Para Lixo R Preto 60 L Leve
0226093		Plativini	Plativini	Saco Plastico Preto, 50l
0226093		Segen Distribuidora	S/Marca	Saco de Plástico Na Cor Preta, 50 Litros

Os demais itens não possuem marcas referenciais aprovadas ou reprovadas até o momento.